

**UNIVERSIDADE SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA UNISOCIESC
CAMPUS JARAGUÁ DO SUL**

JULIA BITTENCOURT RIBEIRO

PROPOSTA DE ABRIGO INSTITUCIONAL DE JARAGUÁ DO SUL – SC

**JARAGUÁ DO SUL
2023**

JULIA BITTENCOURT RIBEIRO

PROPOSTA DE ABRIGO INSTITUCIONAL DE JARAGUÁ DO SUL – SC

Trabalho de Graduação - Abordagens
apresentado como parte dos requisitos para obtenção
do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo na
Universidade UNISOCIESC.

Orientador: Prof. DSc. Bruno Matos de Farias.

Prof. MSc. Luís Rogério Gonçalves Pupo

JARAGUÁ DO SUL

2023

RESUMO

O aumento da porcentagem de crianças vivendo em lares abaixo da linha da pobreza no Brasil em 2021 teve um aumento significativo, indicando um cenário de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Mesmo existindo diversas leis garantindo os direitos de crianças e adolescentes, ainda assim, muitos desses direitos são violados. Isso acontece principalmente quando esses indivíduos são abandonados pelos pais ou se tornam órfãos devido a eventos trágicos. Essa situação cria uma necessidade constante de medidas que garantam o bem-estar dessas crianças e adolescentes, sendo uma delas o acolhimento institucional. Infelizmente, os locais que oferecem esse tipo de abrigo não são construídos especificamente para esse fim e, portanto, não fornecem as condições habitacionais adequadas para esses indivíduos em situações tão vulneráveis. Considerando a falta de recursos e negligência, faz-se necessário criar um Abrigo Institucional em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, voltado para uma parcela vulnerável da população, proporcionando conforto, segurança, bem-estar e assistência social, além de serviços educacionais para a promoção da inclusão social. Para comprovar a necessidade e validade do problema enfrentado, será realizada uma pesquisa bibliográfica em livros e acervos digitais. Também serão estudados casos diretos e indiretos por meio de buscas na internet, além de análises de obras semelhantes para aprimorar a estruturação do estudo preliminar. Este caderno tem como objetivo fornecer um referencial teórico sobre o tema, avaliar as limitações do terreno selecionado, analisar casos e obras semelhantes e apresentar um estudo preliminar de projeto arquitetônico de um Abrigo Institucional em Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

Palavras Chave: Abrigo. Infância. Criança e Adolescente. Acolhimento.

ABSTRACT

The increase in the percentage of children living in households below the poverty line in Brazil in 2021 had a significant increase, indicating a scenario of extreme poverty and social vulnerability. Despite the existence of several laws guaranteeing the rights of children and adolescents, many of these rights are still violated. This happens mainly when these individuals are abandoned by their parents or become orphans due to tragic events. This situation creates a constant need for measures that guarantee the well-being of these people, one of which is institutional shelter. Unfortunately, the places that offer this type of shelter are not specifically built for this purpose and therefore do not provide adequate housing conditions for these individuals in such vulnerable situations. Considering the lack of resources and neglect, it is necessary to create an Institutional Shelter in Jaraguá do Sul, Santa Catarina, focused on a vulnerable portion of the population, providing comfort, safety, well-being, and social assistance, as well as educational services for the promotion of social inclusion. To prove the need and validity of the problem faced, a bibliographic research will be carried out in books and digital collections. Direct and indirect cases will also be studied through internet searches, as well as analysis of similar works to improve the structure of the preliminary study. This paper aims to provide a theoretical reference on the topic, evaluate the limitations of the selected terrain, analyze similar cases and works, and present a preliminary study of the architectural design of an Institutional Shelter in Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

Palavras Chave: Keywords: Shelter. Childhood. Child and Adolescent. Institutional Care.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01: “Asylo dos Expostos”..... | 16 |
| Figura 02: Mulher deixando seu bebê na Roda dos Expostos..... | 16 |
| Figura 03: Roda dos Expostos..... | 17 |
| Figura 04: Estruturas do ambiente ecológico..... | 31 |
| Figura 05: Mapas de aproximação e destaque de localização..... | 36 |
| Figura 06: Mapas de vias de Acesso e Pontos de Referência..... | 37 |
| Figura 07: Mapas de Equipamentos, Raio de análise de 1000m à partir do eixo da área de intervenção..... | 39 |
| Figura 08: Levantamento Topográfico do Terreno..... | 40 |
| Figura 09: Levantamento Fotográfico do Terreno..... | 40 |
| Figura 10: Mapa de Cheios e Vazios Urbanos, Raio de análise de 500m à partir do eixo da área de intervenção..... | 41 |
| Figura 11: Mapa de Uso do Solo. Raio de análise 500m à partir do eixo da área..... | 42 |
| Figura 12: Mapa de Eixo Viário. Raio de análise 500m à partir do eixo da área..... | 44 |
| Figura 13: Mapa de Eixo Viário. Raio de análise 500m à partir do eixo da área..... | 45 |
| Figura 14: Dimensões do Terreno e Trajetória solar. Raio de análise 500m à partir do eixo da área de intervenção..... | 46 |
| Figura 15: Pátio Jardim do Berçário e Jardim de infância Hanazono..... | 47 |
| Figura 16: Pátio Central Aberto do Berçário e Jardim de infância Hanazono..... | 48 |
| Figura 17: Pátio Central e Refeitório Aberto do Berçário e Jardim de infância Hanazono..... | 48 |
| Figura 18: Zoneamento Geral Berçário e Jardim de Infância Hanazono..... | 49 |
| Figura 19: Zoneamento do térreo do Berçário e Jardim de infância Hanazono..... | 49 |
| Figura 20: Zoneamento do Primeiro Pavimento do Berçário e Jardim de infância Hanazono..... | 50 |
| Figura 21: Análise de Volumetria da Fachada Posterior e Frontal do Berçário e Jardim de infância Hanazono..... | 50 |
| Figura 22: Clarabóia Interativa do Berçário e Jardim de infância Hanazono..... | 51 |
| Figura 23: Quadro negro interativo do Berçário e Jardim de infância Hanazono..... | 51 |
| Figura 24: Espaços coloridos e Mobiliário Infantil..... | 52 |
| Figura 25: Implantação Fundação Bradesco..... | 53 |

| | |
|--|----|
| Figura 26: Organização Espacial da Fundação Bradesco..... | 54 |
| Figura 27: Cobertura que integra todos os ambientes..... | 54 |
| Figura 28: Pátio Interno da Fundação Bradesco..... | 54 |
| Figura 29: Malha de tijolo aparente à luz do dia..... | 55 |
| Figura 30: Malha de tijolo aparente ao final da tarde..... | 56 |
| Figura 31: Zoneamento da casa de acolhimento..... | 57 |
| Figura 32: Acessos Casa de Acolhimento..... | 58 |
| Figura 33: Zoneamento do térreo da Casa de Acolhimento..... | 59 |
| Figura 34: Zoneamento do primeiro pavimento da Casa de Acolhimento..... | 59 |
| Figura 35: Volumetria da fachada frontal e posterior da Casa de Acolhimento..... | 60 |
| Figura 36: Análise dos materiais construtivos da Casa de Acolhimento..... | 60 |
| Figura 37: Ambientes Internos da Casa de Acolhimento..... | 61 |
| Figura 38: Croqui de circulação e volumetria inicial..... | 67 |
| Figura 39: Fluxograma..... | 67 |
| Figura 40: Croqui de circulação e setorização inicial..... | 69 |
| Figura 41: Divisão dos setores em blocos separados..... | 70 |
| Figura 42: Croqui de volumetria inicial..... | 71 |
| Figura 43: Proposta de Implantação..... | 72 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 01: Comparativo de mudanças do Código de Menores de 1927 e 1979..... | 20 |
| Tabela 02: Modalidade de Serviços de Acolhimento..... | 23 |
| Tabela 03: Ambientes exigidos pela Cartilha..... | 26 |
| Tabela 04: Critérios de Mello que norteiam uma boa localização para Abrigos..... | 38 |
| Tabela 05: Resumo dos Parâmetros Legais..... | 43 |
| Tabela 06: Resumo das Obras Análogas..... | 62 |
| Tabela 07: Programa de Necessidades..... | 65 |

LISTA DE ABREVIATURAS

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNCFC - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

ZCP - Zona Comercial e de Serviço Primário

ZCS - Zona Comercial e de Serviço Secundária

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA..... | 10 |
| 1.2 OBJETIVO GERAL..... | 11 |
| 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 11 |
| 1.4 METODOLOGIA..... | 11 |
| 2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA..... | 13 |
| 2.1 A INFÂNCIA..... | 13 |
| 2.2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL..... | 14 |
| 2.3 CONCEITO, FUNCIONAMENTO, MODALIDADES E TIPOS DE ACOLHIMENTO..... | 21 |
| 2.3.1 Abrigo Institucional..... | 23 |
| 2.3.2 Infraestrutura da instituição..... | 25 |
| 2.4 DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA..... | 28 |
| 2.4.1 Teoria do Apego..... | 32 |
| 2.4.2 Casa, Lar e Noção de Habitar..... | 34 |
| 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO..... | 35 |
| 3.1 LOCALIZAÇÃO..... | 35 |
| 3.2 INSERÇÃO URBANA..... | 39 |
| 3.3 USO DO SOLO..... | 41 |
| 3.4 CONDICIONANTES URBANÍSTICAS..... | 42 |
| 3.5 CONDICIONANTES DE MOBILIDADE..... | 44 |
| 3.6 CONDICIONANTES AMBIENTAIS E BIOCLIMÁTICOS..... | 45 |
| 4 OBRAS ANÁLOGAS..... | 47 |
| 4.1 BERÇÁRIO E JARDIM DE INFÂNCIA HANAZONO..... | 47 |

| | | |
|----------|---|-----------|
| 4.2 | FUNDAÇÃO BRADESCO..... | 52 |
| 4.3 | CASA DE ACOLHIMENTO DE MENORES/CEBRA..... | 56 |
| 4.4 | SÍNTESE E PERTINÊNCIA DAS OBRAS ANÁLOGAS..... | 61 |
| 5 | ESTUDO PRELIMINAR..... | 63 |
| 5.1 | CONCEITO E PARTIDO..... | 63 |
| 5.2 | PROGRAMA DE NECESSIDADES..... | 64 |
| 5.3 | FLUXOGRAMA E SETORIZAÇÃO..... | 66 |
| 5.4 | ESTUDO DE MASSAS..... | 68 |
| 5.5 | VOLUMETRIA..... | 69 |
| 5.6 | IMPLANTAÇÃO..... | 71 |
| 5.7 | MATERIALIDADE..... | 73 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 74 |
| 7 | REFERÊNCIAS..... | 75 |

1 INTRODUÇÃO

O abandono de menores em posição de vulnerabilidade social é um assunto delicado e preocupante na sociedade brasileira. Pesquisas indicam que a porcentagem de crianças vivendo em lares abaixo da linha da pobreza em 2021 aumentou para 44,7%, o que significa que cerca de 7,8 milhões entre 0 e 14 anos vivem em extrema pobreza e vulnerabilidade familiar (IBGE 2021).

Abrigos Institucionais são espaços destinados para abrigar essas crianças e adolescentes que, por diversas razões, precisam ser retirados do ambiente familiar e encaminhados para essas instituições, por razões diversas, como violência, negligência, abandono, criminalidade ou outras situações de risco. O Abrigo, portanto, é um meio de segurança previsto pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que tem como objetivo garantir a segurança, o desenvolvimento saudável, bem-estar, qualidade de vida e o pleno exercício de direitos dessas crianças (BRASIL, 1990, Art. 19). No entanto, esses locais muitas vezes são inadequados e pouco acolhedores, o que pode agravar a vulnerabilidade dos menores acolhidos.

É importante ressaltar que este não será um lar permanente e que esta parcela da população ficará no Abrigo pelo tempo necessário até que uma família adotiva seja encontrada. O intuito é que eles se sintam protegidos e seguros durante sua estadia no Abrigo, enquanto aguardam a concretização da adoção.

1.1 JUSTIFICATIVA

Diante dos numerosos casos de negligência e abandono infantil, os serviços de acolhimento à criança e ao adolescente tornam-se extremamente necessários. Conforme descrito pela Lei Federal 8069/1990 (ECA), é necessário a existência do acolhimento institucional como um ambiente de proteção. Entretanto, as características físicas e espaciais das organizações voltadas para esse acolhimento, nem sempre atendem satisfatoriamente às demandas psicológicas e educacionais das crianças e adolescentes que vivenciam essa situação. A fase inicial da vida de um indivíduo, conhecida como primeira infância, é de extrema importância, e, portanto, o fato de muitas crianças serem colocadas em instituições durante esse período tem um efeito significativo em seu crescimento emocional e social.

Visto que a arquitetura exerce uma grande influência no contexto do serviço social e ambientes de acolhimento, é importante destacar que ela não apenas permite a existência de um local físico que abrigue essa população vulnerável, mas também deve funcionar como um agente que influencie de maneira positiva e integrada a vida de cada indivíduo que ali se encontra. É necessário que os acolhidos tenham acesso a alimentação saudável e tenham um ambiente que crie um apoio emocional, trazendo afeto e carinho, além de incentivar a prática de atividades criativas (como desenho, pintura, música e artesanato). É importante também que elas tenham um acompanhamento de um profissional para que esteja atento a sinais de estresse ou dificuldades emocionais, visto que tais cuidados podem aumentar a autoestima, a aceitação social e a sensação de bem-estar entre as crianças (BOIS, 2005).

Além de aspectos emocionais, é necessário criar um local que promova a diversidade e permita diversas formas de integração com os habitantes locais, dentro de um contexto urbano inclusivo e sustentável. Sendo esses espaços capazes de atender às necessidades e padrões dos menores sob os cuidados da instituição, e além disso, encorajar a interação social e a participação em eventos educativos, recreativos e culturais.

1.2 OBJETIVO GERAL

Elaborar uma proposta de projeto arquitetônico de um abrigo institucional voltado para crianças e adolescentes entre 0 a 12 anos em vulnerabilidade social em Jaraguá do Sul, que atenda adequadamente às necessidades desse público.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar sobre conceito de infância e o processo histórico de acolhimento no mundo e dos abrigos institucionais no Brasil.
- Analisar as demandas específicas desse tipo de edificação, considerando as normas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes, e as melhores práticas na área de arquitetura para abrigos institucionais.
- Pesquisa da região no qual a proposta será inserida, compreendendo a dinâmica e as relações estabelecidas nela.
- Analisar projetos análogos buscando conhecer o conceito, o programa de necessidades, a setorização e as soluções técnicas utilizadas.
- Definir os espaços necessários para garantir a privacidade, segurança, conforto e desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes, através de programa de necessidades e fluxograma.
- Desenvolver um projeto preliminar para um Abrigo Institucional que atenda às necessidades espaciais e funcionais dos menores vulnerabilidade social.

1.4 METODOLOGIA

Referente ao elemento Abordagem de Pesquisa, o presente estudo é Qualitativo, visto que seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. Iniciando os processos metodológicos, foi realizado o estudo de Referencial Teórico, a verificar o contexto atual do problema a ser pautado, sob o aspecto de outros estudos e pesquisas já realizados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Portanto, idealizando a qualidade científica, o conteúdo apresentado é embasado em consultas bibliográficas e documentais.

Em segunda etapa, foi elaborado o conteúdo aprofundado da área de intervenção escolhida. Nomeado como Contextualização do Território, neste estudo houve levantamentos de informações do terreno e seu entorno, sendo realizadas tanto visitas técnicas, quanto análises online com auxílio de ferramentas, e também consultas à legislações vigentes. Nessa etapa também, há a etapa de Referência Projetual, onde foram escolhidas e analisadas digitalmente obras arquitetônicas de referência para a tipologia de projeto em estudo.

Após serem feitos todos os estudos que visam colher informações, foi iniciado o ato projetual, sendo este embasado em todo o conhecimento obtido. Inicialmente, foi feito o Estudo Preliminar, momento de pré-definições de projeto por meio de croquis, esboços e desenhos esquemáticos, com orientação dos docentes.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1 A INFÂNCIA

O segundo conceito platônico consiste em conceber a criança como um ser inferior sendo, então a infância uma fase da vida inferior à vida adulta (KOHAN, 2003). Platão expressou a visão predominante sobre a infância e adolescência que prevaleceu desde a antiguidade até a idade moderna. Nesse período, não havia um tratamento específico que levasse em conta a consciência infantil:

“Entre todas as criaturas selvagens, a criança é a mais intratável; pelo próprio fato dessa fonte de razão que nela existe ainda ser indisciplinada, a criança é uma criatura traiçoeira, astuciosa e sumamente insolente, diante do que tem que ser atada, por assim dizer, por múltiplas rédeas (PLATÃO, 2010).”

O termo "infância" não era utilizado anteriormente, sendo que o conceito tal como conhecemos hoje surgiu somente no início do século XIX. Antes deste período, as crianças, especialmente aquelas com até dois anos de idade, sofriam com o descaso da sociedade, em virtude das condições insalubres e precárias de saúde da época, o que levava a uma elevada taxa de mortalidade. Por isso, os pais não costumavam investir muito tempo ou atenção nos filhos recém-nascidos, uma vez que havia uma grande possibilidade de que não sobrevivessem (HENICK; FARIA, 2015).

Durante um determinado período histórico, não havia nenhuma preparação específica por parte dos adultos para cuidar das crianças, caso elas sobrevivessem aos primeiros anos de vida. Nesse contexto, a assistência e a educação destinadas às crianças eram delegadas aos criados ou irmãos mais velhos (CALDEIRA, 2008). Em decorrência da visão predominante na sociedade, as crianças eram desprezadas pelos adultos, uma vez que eram consideradas incapazes de apresentar a mesma capacidade mental, física e emocional de um indivíduo adulto.

Anteriormente, os adultos não possuíam a percepção ou preocupação com a dependência física das crianças, e quando estas cresciam e começavam a se tornar independentes fisicamente, seus pais ou responsáveis as colocavam para trabalhar e ajudar nas despesas da casa. As crianças eram tratadas como adultos, sem qualquer distinção, o que resultava em falta de tempo para brincar, estudar, divertir e interagir com outras crianças da mesma idade, já que todas trabalhavam em lavouras, pescarias, marcenarias e outros lugares (HENICK; FARIA, 2015).

No início do século XVI, no contexto do Renascimento, houve uma percepção crescente na sociedade de que as crianças necessitavam de cuidado e atenção, principalmente durante seus primeiros anos de vida, e que os adultos tinham a responsabilidade de fornecer essa assistência. Esse entendimento levou a um aumento na instrução e no ensino de crianças por adultos. A partir dessa distinção entre adultos e crianças, passou-se a surgir uma pequena preocupação em relação à infância, na qual alguns adultos passaram a considerar as crianças como seres gentis, carismáticos e afetuosos.

2.2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL

No Brasil, ao longo da história, a política de assistência à infância e adolescência em situação de abandono tem passado por diversas transformações. Os métodos de atendimento têm evoluído, deixando o âmbito religioso para serem assumidos inicialmente por instituições filantrópicas e, por fim, pelo Estado (RIZZINI, 2007).

O abandono e acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil tem suas origens na colonização portuguesa, com a catequização dos nativos pelos jesuítas. Os padres educavam as crianças, separando-as das suas famílias e colocando-as em abrigos, que eram denominados na época como Casa dos Muchachos. No período colonial, dentre as formas de institucionalização da criança e adolescente no Brasil, a mais duradoura foi a “roda dos expostos”. A roda dos expostos consistia em uma grande caixa de madeira fixada em igrejas, hospitais ou nas Santas Casas de Misericórdias (Figura 01), na qual as

pessoas podiam depositar uma criança, que era conduzida para dentro do local, garantindo o anonimato do abandonador (PEREIRA, 2004).

Figura 01: “Asylo dos Expostos”.



Fonte: Revista A Cigarra (1919)

A Roda dos Expostos apresentava uma forma cilíndrica, dividida ao meio, sendo fixada no muro ou na janela da instituição (Figura 02). O bebê ou a criança era colocada numa das partes desse mecanismo que tinha uma abertura externa. Depois, a roda era girada para outro lado do muro ou da janela, possibilitando a entrada da criança para dentro da instituição. Prosseguindo o ritual, era puxada uma cordinha com uma sineta, pela pessoa que havia trazido a criança, a fim de avisar o vigilante dessa chegada, e imediatamente a mesma se retirava do local (PASSETI, 1999).

Figura 02: Mulher deixando seu bebê na Roda dos Expostos.



Fonte: Clara Castilho (2018).

A Roda dos Expostos foi uma prática comum durante a história do acolhimento no Brasil. As rodas foram criadas para diminuir a quantidade de crianças abandonadas nas portas de casas, igrejas e até mesmo nas lixeiras, que eram deixadas por famílias sem condições de cuidar ou eram fruto de uma relação entre escravas e seus senhores. No Brasil, existiram quatro rodas, sendo que as três primeiras surgiram no Brasil Colônia, em Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789), e a última em São Paulo (1825) no início do império.

Figura 03: Roda dos Expostos



Fonte: Joana Marques Alves (2019).

Após o encerramento da prática da roda dos expostos, no século XVIII, surgiram outras alternativas para acolher as crianças desamparadas, como os seminários religiosos e abrigos para órfãos. Entre as décadas de 1920 e 1930, houve um aumento significativo de organizações privadas vinculadas à Igreja Católica, que se dedicavam ao cuidado dos órfãos, como internatos para meninos e abrigos para meninas.

Até aquele momento, desde o período colonial até meados do século XIX, as instituições não contavam com planos organizados para educar e capacitar as crianças e adolescentes desfavorecidos. Com a proclamação da república e o fim da escravidão, surgiram os primeiros orfanatos brasileiros que realmente se propunham a fornecer assistência à infância, buscando promover mudanças sociais, ou seja, efetivamente institucionalizando essa abordagem.

A questão dos menores no período republicano brasileiro, sujeitos à violência e ao abandono, só começou a ser abordada em meados dos anos 1970, especialmente por meio de denúncias frequentes sobre essa situação. O sistema judicial empenhou-se em

aprimorar as instituições do país, a fim de resgatar a infância brasileira do século XX, e na década de 1980, esse tema tomou novas direções no país.

É evidente que o processo de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes ocorreu de forma gradual. À medida que a revisão sobre os processos violentos foram acontecendo na sociedade, a atenção voltada para a infância e a juventude se desenvolveu, resultando em uma abordagem mais assertiva por parte do sistema judiciário em relação às crianças e aos adolescentes.

Para obter uma compreensão mais aprofundada do processo de formação das concepções sobre as crianças e os adolescentes, bem como da defesa de seus direitos no Brasil, é fundamental analisar a visão transmitida sobre eles nos principais atos normativos do país, que consolidam as leis de assistência e proteção ao longo do tempo:

1 - (1924) Declaração de Genebra: Tratando-se de um documento de importância social e política, para certos autores, ele reforçou a associação da infância à ideia de passividade e vulnerabilidade.

2 - (1927) Código de Mello de Matos - Código de Menores (Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927): É considerada a primeira tentativa de sistematizar os direitos específicos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Esse documento gerou polêmicas no tratamento das questões relacionadas à infância e à juventude no país.

3 - (1948) Declaração Universal dos Direitos Humanos: O documento tem como objetivo sistematizar e organizar os direitos básicos universais de todos os seres humanos, e nos artigos 25 e 26, reconhece a necessidade de cuidados especiais para a infância.

4 - (1959) Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Expandindo a concepção dos direitos das crianças, esse documento representa uma mudança no discurso, passando do cuidado para a proteção. A criança deixa de ser vista como um objeto de cuidado e passa a ser reconhecida como sujeito de direitos.

5 - (1979) Código de Menores (Lei n 6.697, de 10 de outubro de 1979): O "novo" Código de Menores consolida a ideia de situação irregular das crianças e dos adolescentes, ao mesmo tempo em que propõe soluções alternativas para questões sociais relacionadas ao isolamento e internação de crianças em situação de carência e jovens infratores.

6 - (1989) Convenção sobre os direitos da criança: O documento em questão consolida e torna evidente a importância da proteção da infância e adolescência. Ele reconhece a condição particular e o processo de desenvolvimento desses indivíduos, garantindo o direito fundamental à convivência familiar.

7 - (1990) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Um marco para a política de proteção à infância no Brasil, que reorienta a abordagem adotando a Doutrina da Proteção Integral - um novo paradigma para o direito das crianças e dos adolescentes. O ano de 1990 foi marcado por esforços para implementar nas instituições tudo o que foi estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ao longo dos anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) passou por algumas modificações, entre elas, a regulamentação do conceito de "proteção integral" que garante o desenvolvimento pleno e saudável em todos os aspectos - físico, mental, psicológico, moral, espiritual e social - para indivíduos com idades entre 0 e 18 anos. O ECA define crianças como indivíduos com idade entre 0 e 12 anos e adolescentes como aqueles entre 12 e 18 anos, que são considerados cidadãos em fase de desenvolvimento, mas que possuem direitos garantidos. O ECA promoveu mudanças significativas em relação aos direitos previstos no antigo Códigos de Menores de 1927 e 1979 (Tabela 01).

Tabela 01: Comparativo de mudanças do Código de Menores de 1927 e 1979.

| Comparativo de mudanças | | |
|---|---|--|
| Principais mudanças | Código de Menores 1927/1979 | ECA |
| Idade | Menor abaixo de 14 anos | Crianças (0 a 12 anos) Adolescentes (12 a 18 anos) |
| Apreensão | As infrações penais passam pelo Juiz | Apenas os casos que impliquem em ameaças graves podem ser beneficiados com perdão, como forma de exclusão ou suspensão de processo |
| Internação | Indica a prisão cautelar | Determina a apreensão apenas ao flagrante de delito penal. |
| Crimes cometidos contra crianças e adolescentes | Aplica a menores, sem determinação de tempo ou condição | Aplica em adolescentes autores de atos infracionais graves |
| Trabalho | É omissa a esse tópico | Pune os abusos do pátrio poder das autoridades e dos responsáveis pelas crianças e adolescentes |
| Infração | Impede que menores de 12 anos trabalhe. | Proíbe o trabalho de adolescentes menores de 14 anos de idade, salvo em condições de aprendiz |
| Políticas Públicas | As medidas previstas se restringem ao âmbito da Política Nacional de Bem-Estar Social (FUNABEM) e da Justiça de Menores | Políticas sociais básicas, assistencialistas, serviços de proteção e defesa das crianças e adolescentes vitimados e proteção jurídico-social |
| Mecânicas de Proteção | Sem espaço a participação | Institui instância colegiadas de participação nos níveis federais, estaduais e municipais |

Fonte: Código de Menores, editado pelo autor (2023).

Após a promulgação do ECA, outras conquistas no campo da proteção à infância e à juventude foram: a Lei Orgânica da Assistência Social (lei no 8.742/1993); a criação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (CONANDA;CNAS, 2009); a Lei de Adoção (lei no 12.010/2009); a Lei das Políticas Públicas para a Primeira Infância (lei no

13.257/2016); E também ficou encarregada de organizar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que atualmente é uma das maiores organizações nacionais de assistência social para aqueles que necessitam (CONANDA; CNAS, 2009).

Conforme estabelecido por lei, o atual sistema de acolhimento institucional visa estabelecer uma conexão com as redes de assistência disponíveis, com o objetivo de reintegrar crianças e adolescentes às suas famílias de origem. Caso essa opção não seja viável, busca-se colocá-los em famílias substitutas. Esses serviços passaram a ser considerados medidas protetivas, de caráter excepcional e temporário. Apesar dos avanços legais, ainda existem diversas instituições que adotam práticas inadequadas, contrariando as diretrizes estabelecidas pelo ECA e negligenciando a importância de proporcionar um ambiente propício para o desenvolvimento infantil.

Essas situações ocorrem frequentemente devido a problemas na administração pública, que não estão devidamente preparados para cumprir suas responsabilidades, resultando em superlotação e falta de infraestrutura nas instituições. Além disso, a falta de preocupação de muitas pessoas em relação à situação dessas crianças contribui para a persistência desses problemas. Ainda que haja progressos na forma de leis e regulamentos que enfatizam a importância do convívio familiar, integração na sociedade e respeito aos direitos das crianças e adolescentes, a implementação dessas teorias na prática tem se mostrado um processo gradual e desafiador.

2.3 CONCEITO, FUNCIONAMENTO, MODALIDADES E TIPOS DE ACOLHIMENTO

Todo indivíduo na fase da infância e adolescência tem o direito fundamental de conviver em um ambiente familiar e comunitário adequado (ECA, 1990). A fim de proporcionar assistência às crianças e adolescentes que necessitam de proteção devido a violações de direitos (como abandono, negligência e violência) ou à impossibilidade de cuidado e proteção por suas famílias, o ECA foi estabelecido em 1990. Essa legislação prevê serviços de acolhimento como medida protetiva determinada pelo sistema judicial.

A separação da criança ou adolescente do convívio familiar é uma medida excepcional, a ser adotada somente em casos de sério risco à integridade do menor. O objetivo principal desses serviços é possibilitar o retorno seguro desses indivíduos ao convívio familiar ou a uma família substituta (por meio de adoção, guarda ou tutela), com a menor duração possível, sendo consideradas medidas temporárias teoricamente.

Os serviços devem priorizar a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes. Portanto, é necessário oferecer atendimento em grupos pequenos, a fim de garantir a disponibilidade de espaços individuais, permitindo que cada criança e adolescente possa ter objetos pessoais que refletem sua história de vida e desenvolvimento. É importante ressaltar que, quando houver irmãos em situação de abandono, é recomendado que eles permaneçam juntos, seja por meio de adoção ou outra forma de acolhimento.

No ECA são estabelecidas duas formas de acolhimento: o acolhimento familiar (previsto no artigo 101, inciso VIII) e o acolhimento institucional (previsto no artigo 101, inciso VII). No acolhimento familiar, o cuidado é fornecido por famílias que já possuem uma estrutura, as quais são devidamente preparadas por um programa específico. Isso possibilita que essas famílias recebam em seus lares crianças e adolescentes que, em princípio, seriam encaminhados para o acolhimento institucional, oferecendo-lhes a oportunidade de não serem separados de seu ambiente familiar.

No entanto, em situações em que os pais estão ausentes e não é possível inserir a criança no acolhimento familiar mencionado anteriormente, a criança será encaminhada para a chamada família extensa. Essa família é composta por parentes que ainda possuem laços de afinidade com a criança ou adolescente. Infelizmente, ainda há muitos casos em que não existe uma família extensa disponível ou disposta a adotar a criança. Nesses casos, a criança será inserida na segunda forma de proteção: o acolhimento institucional. Dentro desse contexto, existem três tipos de acolhimento: abrigo, casa-lar e república (Tabela 02).

Tabela 02: Modalidade de Serviços de Acolhimento.

| MODELOS DE ACOLHIMENTO | | | |
|------------------------|---|--------------------------------|--|
| TIPOS DE ACOLHIMENTO | PÚBLICO ALVO | CAPACIDADE DE ATENDIMENTO | OBJETIVO |
| FAMÍLIA ACOLHEDORA | Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos. | 1 usuário ou 1 grupo de irmãos | Acolher crianças e adolescentes em residências de famílias acolhedoras cadastradas. |
| ABRIGO INSTITUCIONAL | Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos. | Até 20 usuários | Acolher crianças e adolescentes afastados do convívio familiar devido a medida protetiva de abrigo. |
| CASA-LAR | Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos. | Até 10 usuários | Acolher crianças e adolescentes em unidades residenciais, nas quais pelo menos 1 pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente em uma casa que não é sua |
| REPÚBLICAS | Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos. | Até 6 usuários | Oferecer apoio e moradia subsidiada para adolescentes em processo de desligamento de instituições de acolhimento. |

Fonte: Orientações técnicas. Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília. Editado pela Autora, 2023.

2.3.1 Abrigo Institucional

Até meados de 1970, as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco ou orfandade eram as Casas de Misericórdia ou Colégios Internos embasados pelo Código do menor de 1927 e 1979. Com o passar do tempo essas instituições foram se degradando e não se enquadrando mais na sociedade. Nestas entidades, as crianças e adolescentes permaneciam até completar 18 anos de idade, contudo não existia nenhum programa de integração com a sociedade ou algum trabalho para garantir a convivência familiar e até mesmo comunitária.

O abrigo institucional faz parte do programa de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil, sendo um dos Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e pode ser governamental ou não governamental. O

objetivo é fornecer um lar temporário para essas crianças, enquanto medidas são tomadas para garantir que elas recebam um ambiente saudável e seguro em sua vida futura.

O acolhimento institucional para crianças e adolescentes deve ser realizado em instalações projetadas para abrigar um pequeno grupo de indivíduos, permitindo um atendimento especializado e contribuindo para uma convivência familiar comunitária. De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, esses abrigos devem ter um limite máximo de 20 crianças com idade entre 0 e 18 anos, evitando o atendimento de faixas etárias muito próximas e a segregação por gênero (CONANDA, 2009).

Quando todas as medidas de manutenção da criança ou adolescente junto à sua família são esgotadas, eles devem ser encaminhados aos serviços de acolhimento institucional e lá permanecerem por, no máximo, dois anos. Após esse período, se necessário, a criança ou adolescente deve ser direcionado a outros serviços da rede que ofereçam acolhimento de longa permanência.

A Cartilha de Orientações Técnicas também orienta que, quando uma criança ou adolescente é encaminhado para um abrigo institucional, o ambiente proporcionado deve ser favorável ao desenvolvimento de suas atividades. Isso significa que é preciso permitir que as atividades rotineiras como dormir, comer, estudar, brincar, etc., sejam realizadas. Dentro do abrigo também deve ser garantida a autonomia da criança/adolescente, permitindo que participe do desenvolvimento de atividades diárias domésticas adequadas à sua idade, como cozinhar, limpar e organizar seu próprio espaço. Além disso, a frequência escolar é obrigatória e deve ser oferecido fácil acesso a igrejas, padarias, supermercados, shopping, etc., a fim de promover a convivência com a comunidade e estimular o desenvolvimento da independência.

2.3.2 Infraestrutura da instituição

No que diz respeito à arquitetura, é importante que o abrigo seja um ambiente confortável e convidativo. Deve fornecer condições ideais para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, com espaços que permitam o pleno exercício de atividades, bem como a garantia da privacidade e individualidade dos residentes, ao mesmo tempo em que garante proteção e segurança. Conforme diz Aline Savi:

“[...] deve ser, então, um lugar de apego e intimidade protegida, carregado de significados e lembranças, capaz de tornar-se um instrumento positivo ao desenvolvimento humano, guardando, nos ambientes, particularidades e características de cada indivíduo” (SAVI, 2008).

A Cartilha de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (2009) estabelece as diretrizes a serem seguidas em relação aos espaços físicos dos abrigos. Ela define os espaços essenciais que são necessários para garantir o bom funcionamento da instituição e também especifica as exigências em relação à localização.

É importante que os abrigos estejam localizados em áreas urbanas residenciais, com infraestrutura e acesso a serviços públicos de saúde, educação e lazer, para que as crianças possam realizar suas atividades diárias, sem se afastar das suas origens geográficas e socioeconômicas, facilitando também o acesso dos familiares. Quanto à fachada, os abrigos devem ter aparência acolhedora, e não devem conter nenhum tipo de identificação. Garantindo assim, a privacidade dos abrigados e a promovendo a sensação de que estão vivendo em um lar comum (CONANDA, 2009).

Em relação aos espaços internos da casa, recomenda-se que os quartos comportem no máximo seis crianças e disponham de área suficiente para acomodar camas, beliches ou berços, além de espaço para guardar objetos pessoais, garantindo a individualidade de cada um. Também é recomendado que haja pelo menos uma sala de

estar e uma sala de jantar, com espaço adequado para a convivência dos moradores e cuidadores.

Quanto aos banheiros, deve haver uma proporção de um lavatório, um vaso sanitário e um chuveiro para cada seis moradores, sendo pelo menos um banheiro adaptado para pessoas com deficiência. Além disso, deve haver um espaço para estudo e leitura, que pode ser um ambiente específico ou integrado a outro, como o quarto.

Já na área externa do abrigo, como jardim, varanda e quintal, é indicado que seja um local que favoreça as brincadeiras e a interação entre as crianças e adolescentes. No entanto, essa área deve ser simples e sem grandes equipamentos, para priorizar o uso de equipamentos públicos, como quadras e piscinas comunitárias, que estão disponíveis na região e estimulam a convivência com a comunidade.

Tabela 03: Ambientes exigidos pela Cartilha.

| CÔMODO | CARACTERÍSTICA |
|---|---|
| QUARTO | <ul style="list-style-type: none"> ● Número recomendado de indivíduos por quarto: até 4 por quarto. ● Cada quarto precisa ser espaçoso o bastante para abrigar as camas, berços ou beliches dos ocupantes, e também para guardar os pertences pessoais de cada criança ou adolescente de maneira individualizada, (armários, guarda-roupas, etc.) ● Metragem sugerida: É recomendada uma área de 2,25 m² por pessoa. No entanto, se o ambiente de estudos for montado no quarto, o tamanho recomendado deverá ser aumentado para 3,25 m² por pessoa. |
| QUARTO PARA EDUCADOR/CUIDADOR RESIDENTE | <ul style="list-style-type: none"> ● Com espaço adequado para acomodar uma cama (de solteiro ou casal) e móveis para guardar pertences pessoais. |
| SALA DE ESTAR OU SIMILAR/SALA DE JANTAR OU COPA | <ul style="list-style-type: none"> ● Com dimensões adequadas para acomodar tanto o número de crianças e adolescentes que vivem na instituição quanto os cuidadores/educadores residentes. ● A área recomendada é de 1,00 m² por pessoa (em ambos os espaços: estar e jantar).. ● Referente a sala de jantar: O espaço pode ser uma área independente ou estar conectado a outro espaço (por exemplo, a sala de estar ou a cozinha). |
| AMBIENTE PARA ESTUDO | <ul style="list-style-type: none"> ● Pode haver um espaço dedicado exclusivamente para fins de estudo e leitura, ou então ser organizado em outro ambiente (como quartos ou copa) desde que haja espaço suficiente e móveis adequados, e que o número de usuários não torne inviável a realização dessas atividades. |
| BANHEIRO | <ul style="list-style-type: none"> ● Os banheiros devem conter 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para um máximo de 6 crianças e adolescentes, com um conjunto adicional de 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para os cuidadores/educadores. Pelo menos um dos banheiros deve ser adaptado para uso de pessoas com deficiência. |

| | |
|---|---|
| COZINHA | <ul style="list-style-type: none"> • O espaço deve ser suficiente para abrigar os utensílios e o mobiliário necessários para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento, além dos cuidadores/educadores. |
| ÁREA DE SERVIÇO | <ul style="list-style-type: none"> • O espaço deve ser adequado para acomodar os utensílios e o mobiliário necessários para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza, bem como permitir a manutenção da higiene do abrigo, incluindo roupas de cama, mesa, banho e pessoais, de acordo com o número de usuários atendidos pelo equipamento. |
| ÁREA EXTERNA (VARANDA, QUINTAL, JARDIM, ETC.) | <ul style="list-style-type: none"> • Os espaços devem permitir a interação e atividades recreativas dos usuários, porém é importante evitar a instalação de equipamentos que estejam além do padrão socioeconômico de sua realidade de origem, como piscinas e saunas, para não dificultar o processo de reintegração familiar dos mesmos. • É recomendável dar preferência à utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, de forma a incentivar o convívio comunitário e a socialização dos usuários. |
| SALA PARA EQUIPE TÉCNICA | <ul style="list-style-type: none"> • O ambiente deve contar com espaço e mobiliário adequados para a realização de atividades técnicas, como elaboração de relatórios, atendimento e reuniões. |
| SALA DE COORDENAÇÃO/ ADMINISTRATIVO | <ul style="list-style-type: none"> • É necessário que o espaço disponível para atividades administrativas conte com mobiliário e espaço adequados para realização das tarefas, incluindo áreas para a área contábil/financeira, documental e logística. Além disso, é preciso garantir que haja uma área específica destinada à guarda dos prontuários das crianças e adolescentes, com segurança e privacidade asseguradas. |
| SALA/ESPAÇOS PARA REUNIÃO | <ul style="list-style-type: none"> • O espaço deve ter capacidade e mobiliário adequados para permitir a realização de reuniões em grupo com as equipes e famílias de origem das crianças e adolescentes atendidos. |

Fonte: Cartilha de Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes (2009), editado pelo autor.

Para os setores de equipe técnica, é recomendado a existência de uma sala para a equipe, composta por pelo menos três profissionais (entre coordenador e equipe técnica), bem como uma sala de coordenação/atividades administrativas e um espaço para reuniões. É necessário também um banheiro com pelo menos um lavatório, um sanitário e um chuveiro. Embora não seja uma exigência da cartilha, acredita-se que seja necessário um dormitório para as cuidadoras que trabalham no turno da noite. Além disso, aconselha-se que o setor técnico funcione separado da área de moradia das crianças.

Embora a Cartilha de Orientações Técnicas (2009) seja um recurso valioso e significativo para orientar os abrigos, é importante reconhecer que cada situação possui necessidades e particularidades próprias que devem ser levadas em consideração:

“Mesmo com os avanços estabelecidos no ECA e no documento de

Orientações Técnicas, os abrigos ainda enfrentam muitos desafios, que vão desde a adequação das suas práticas institucionais, que devem estar alinhadas a estas legislações e parâmetros técnicos” (ADRIÃO, 2013).

Esse cenário requer uma ação conjunta e comprometimento da instituição para garantir a excelência do atendimento e o alcance dos objetivos de reintegrar as crianças e adolescentes à convivência familiar. Além disso, é necessário estabelecer uma maior interlocução com o poder público, que é responsável por monitorar o desenvolvimento de cada caso e providenciar encaminhamentos para escolas, unidades de saúde, equipamentos de lazer, cultura, entre outros serviços essenciais.

2.4 DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Cada vez que uma criança nasce, traz consigo uma nova esperança para a humanidade, e é com essa esperança de que se deve acolhê-las. De acordo com Charles A. Nelson, um pediatra e neurocientista, os primeiros anos de vida são como a construção dos alicerces de uma casa, formando a base na qual todo o resto se desenvolverá ao longo da vida (SHONKOFF, 2000). Durante os primeiros três anos, os bebês aprendem em uma velocidade sem igual, o que não ocorrerá novamente.

Por essa razão, a primeira infância desempenha um papel crítico no desenvolvimento cerebral e, conseqüentemente, no estabelecimento das relações sociais da criança. Segundo Raffi Cavoukian, o rápido aprendizado e o estímulo cerebral nas crianças são resultado de uma série de questionamentos e curiosidades que surgem em suas mentes, enquanto tentam compreender sua própria identidade, o que significa ser humano, como é a vida, e em essência, desenvolvem uma percepção de si mesmas e do mundo ao seu redor.

No início, logo após nascerem, os bebês aprendem principalmente com as pessoas ao seu redor, especialmente com seus pais, que são suas principais referências. Esses aprendizados, quando internalizados pela criança, influenciam a formação de sua

personalidade (GONÇALVES, 2007). Durante os primeiros três anos de vida, as crianças têm um cérebro altamente ativo, com aproximadamente 700 a 1000 novas conexões entre células nervosas sendo estabelecidas a cada segundo. Isso lhes proporciona uma variedade de experiências, interações físicas e sensações. É um ser que vai além de sua natureza biológica, é um ser psicossocial que possui emoções.

Segundo Chiari Spaggiari, professora, para promover o desenvolvimento do sistema nervoso de um bebê, é fundamental permitir que ele sonhe e conheça o mundo em que vive, experimentando diferentes gostos, sons, luzes, brincadeiras e entrando em contato com a natureza, como a água e a grama. Em resumo, é importante que a criança se conecte com o mundo através de todos os seus sentidos. Uma criança sem sonhos é uma criança sem perspectiva de vida.

Durante a primeira infância, a base para o futuro de uma criança é estabelecida. Assim, demonstrar afeto, fornecer nutrição adequada, promover brincadeiras, interações e proporcionar um ambiente agradável são elementos essenciais que ajudam o cérebro a alcançar seu pleno potencial de desenvolvimento. Por outro lado, fatores de risco como violência, desnutrição, negligência, falta de acesso à educação de qualidade e condições habitacionais precárias têm o efeito oposto, podendo resultar em consequências graves para as crianças.

De acordo com o documentário "O Começo da Vida" (Netflix), em 1989, após a queda da ditadura na Romênia, mais de 170.000 órfãos ficaram sob os cuidados de 700 instituições precárias e superlotadas. Diante dessa situação, um estudo foi realizado com as crianças criadas nessas instituições, com o objetivo de compreender o impacto da privação de experiências do mundo mencionadas anteriormente no cérebro infantil. Além disso, o estudo buscou examinar o efeito de crianças mais velhas que passaram por várias formas de negligência dentro de suas próprias casas e famílias, lugares que deveriam proporcionar proteção, refúgio e amor.

O estudo foi conduzido em lares temporários nos quais as crianças foram colocadas como bebês, e várias áreas foram avaliadas, incluindo o cérebro, cognição e

linguagem. Os pesquisadores acompanharam o desenvolvimento dessas crianças ao longo de 12 anos. As conclusões apontaram que a maioria delas, tanto aquelas que deixaram as instituições aos 4 ou 5 anos de idade, quanto aquelas que permaneceram por mais tempo, ainda sofria as consequências da institucionalização mesmo após 12 anos. O fator mais crucial e determinante revelou-se ser onde elas passaram os primeiros 3 anos de vida, ou seja, nas instituições. Entre as consequências da institucionalização e, nesse caso, da privação de experiências afetivas, foram observados atrasos no QI, problemas linguísticos, assim como dificuldades afetivas e de socialização.

Os pais desempenham um papel vital na vida de uma criança, atuando como seus principais educadores e referências, e quando essa figura é retirada de uma criança no início da vida ou durante sua infância, as consequências psicológicas são significativas. É essencial acolher essas crianças da melhor forma possível, buscando não afetar o impacto em seu desenvolvimento cognitivo. Tanto as relações com adultos quanto o ambiente em que vivem desempenham um papel fundamental nesse processo.

O livro "A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos Naturais e Planejados", do psicólogo Urie Bronfenbrenner (1996), apresenta a ideia de que o desenvolvimento humano ocorre e é influenciado por um contexto ambiental chamado de ambiente ecológico. Esse ambiente abrange as influências diretas de outros indivíduos, objetos, espaços e convenções sociais no desenvolvimento humano. O ambiente ecológico é composto por diferentes níveis interdependentes de estruturas organizadas, incluindo o microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

O microsistema representa o ambiente em que a pessoa vivencia experiências diretas, como a família, escola e creche. É nesse microsistema que ocorrem os processos proximais que impulsionam o desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1996). No caso de uma criança em acolhimento, a instituição de acolhimento seria o seu microsistema, onde passa a maior parte do tempo.

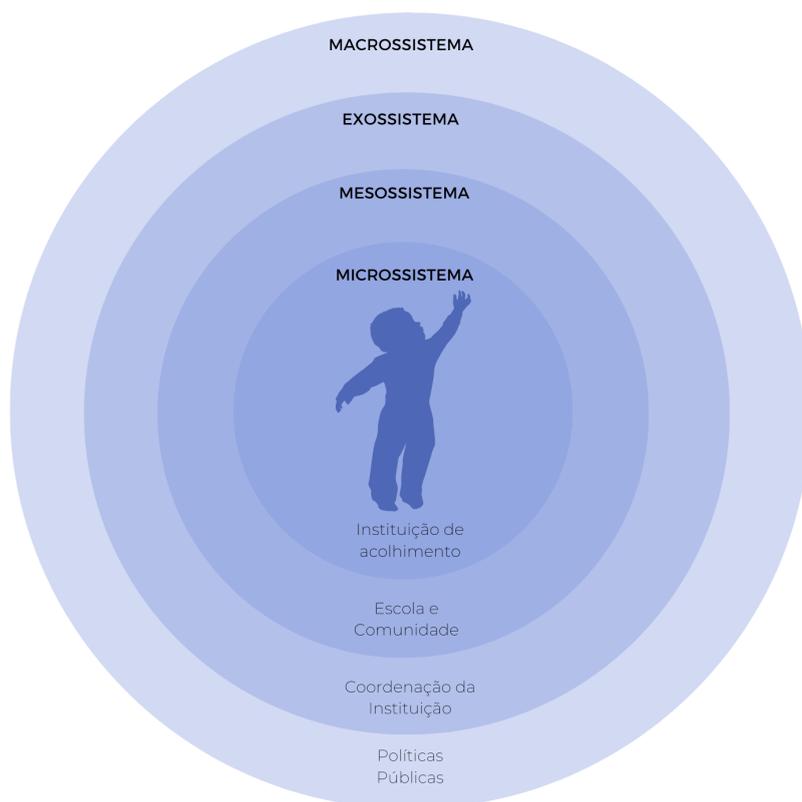
O mesossistema abrange as interações e influências recíprocas entre dois ou mais ambientes em que a pessoa participa ativamente durante o desenvolvimento

(BRONFENBRENNER, 1996). Para uma criança em acolhimento, o mesossistema envolveria a escola, os amigos e a comunidade em que vive.

O exossistema refere-se aos impactos das circunstâncias nas quais o indivíduo não está diretamente envolvido, como as decisões tomadas pela coordenação da instituição de acolhimento.

Por fim, o macrosistema engloba o ambiente cultural ou subcultural mais amplo, onde tanto o microsistema quanto o mesossistema e o exossistema estão inseridos (BRONFENBRENNER, 1996). No contexto de uma criança em acolhimento, o macrosistema envolveria as políticas públicas relacionadas ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Figura 04: Estruturas do ambiente ecológico.



Fonte: Bronfenbrenner, 2008. Editado pela Autora, 2023.

De acordo com Bronfenbrenner, a manutenção de um microsistema estruturado e uma rede de apoio positiva para o desenvolvimento da criança depende da intensidade

das relações estabelecidas, da presença de reciprocidade e de laços afetivos. No entanto, a instituição pode prejudicar a criança e o adolescente quando há poucas oportunidades de interação afetiva entre cuidadores e crianças. Além disso, se o ambiente físico limitar a mobilidade e fornecer poucos objetos para atividades intelectuais e recreativas, o microsistema ficará fragilizado.

Ao longo dos anos, houve uma significativa mudança na forma como a sociedade encara a assistência às crianças. Atualmente, há uma compreensão mais ampla de que a infância é a base para a saúde mental, a maturidade e o desenvolvimento pleno como ser humano (WINNICOTT, 2019). Termos como "orfanato" e "internato" têm sido substituídos por "abrigos" e "casas de acolhimento", refletindo essa transformação de perspectiva.

É fundamental reconhecer que cada criança tem sua própria maneira de se apropriar do espaço, portanto, é necessário disponibilizar áreas privativas onde elas possam guardar seus objetos pessoais e registros relacionados a cada uma delas. Dessa forma, o abrigo deixa de ser apenas um espaço físico e se torna um lugar com valor e significado para as crianças que ali residem. O objetivo é transformá-lo em um reflexo da identidade e estilo de vida das crianças, promovendo um senso de pertencimento mais forte.

2.4.1 Teoria do Apego

John Bowlby foi um psiquiatra e psicanalista britânico nascido em 1907 e falecido em 1990. Sua pesquisa foi influenciada por Winnicott, e ambos compartilharam várias semelhanças em suas práticas profissionais, sendo pioneiros ao explicar a importância das interações sociais em uma idade precoce. Eles argumentaram que os seres humanos possuem uma predisposição para serem sensíveis às interações sociais e físicas, necessitando delas para um desenvolvimento saudável (BOWLBY, 1969).

Nas décadas de 1950 e 1960, John Bowlby elaborou a Teoria do Apego, baseada em duas observações. A primeira delas foi sobre como os bebês se apegam a qualquer pessoa que cuide deles, estabelecendo um vínculo especial (conhecido como imprinting). A segunda observação foi que os bebês ficam angustiados e perturbados quando suas

mães se afastam (chamado de ansiedade de separação). A partir dessas duas teorias e suas próprias análises, Bowlby desenvolveu a importância do apego aos cuidadores nos primeiros estágios da vida humana, resultando na Teoria do Apego (BOWLBY, 1969).

Bowlby, seguindo a perspectiva psicanalítica, acredita que a infância é crucial para o desenvolvimento da personalidade na vida adulta. Os laços afetivos formados na infância têm reflexos duradouros. Segundo ele, tanto bebês humanos quanto animais passam por uma sequência clara de reações quando são separados de seus cuidadores: choram, resistem às tentativas de serem acalmados por outras pessoas e buscam novamente seus cuidadores (ansiedade de separação).

Quando uma criança é afastada do convívio familiar, como no caso das institucionalizadas, ela passa por estágios específicos. O primeiro estágio é o da angústia inicial, em que o bebê sente o desespero de não encontrar mais a figura afetiva que estava acostumado. Em seguida, vem o segundo estágio, chamado de desapego, em que a criança gradualmente se mostra emocionalmente distante de outras pessoas, evitando o contato com adultos. Conforme a criança cresce, ela tende a interagir com os outros de forma emocionalmente restrita, estabelecendo relações superficiais e frias, devido ao medo de formar novos vínculos afetivos.

É fundamental que a relação entre o cuidador e o bebê seja pautada na acessibilidade e confiança, de modo a proporcionar segurança à criança. Quando essas condições são atendidas, é mais provável que a criança desenvolva menor receio em estabelecer vínculos afetivos e adquira confiança para explorar o mundo ao seu redor (BOWLBY, 1969).

2.4.2 Casa, Lar e Noção de Habitar

“Habitar é, ao mesmo tempo, um evento e uma qualidade mental e experimental (...) A noção de lar se estende muito além de sua essência e seus limites físicos. Além dos aspectos práticos de residir, o ato de habitar é também um ato simbólico que, imperceptivelmente, organiza todo o mundo do habitante. Não apenas nossos corpos e

necessidades físicas, mas também nossas mentes, memórias, sonhos e desejos devem ser acomodados e habitados. Habitar é parte do nosso próprio ser, de nossa identidade (PALLASMA, 2017).”

O direito à moradia digna, reconhecido e implementado como base para a dignidade humana desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi incorporado e difundido no Brasil pela Constituição Federal de 1988. Uma habitação adequada vai além de fornecer um simples abrigo, pois envolve privacidade, espaço adequado, acessibilidade física e segurança. É necessário garantir estabilidade estrutural, iluminação, aquecimento, ventilação e infraestrutura básica, além de promover uma qualidade ambiental, urbanização adequada e acesso a emprego e serviços básicos (MELLO, 2004).

Ao consultar o dicionário online de português, é possível encontrar as definições dos termos relacionados à moradia: Casa como um edifício de diversos formatos e tamanhos, geralmente com um ou dois andares, destinado principalmente à habitação. Já o lar é a casa habitada, o domicílio familiar. E por fim, o habitar significa ocupar como residência, morar, estar presente e permanecer.

Embora os termos casa, lar e habitar possuam significados semelhantes, é importante destacar algumas distinções fundamentais entre eles. Todos os seres humanos buscam um lugar de pertencimento, onde não apenas suas necessidades físicas sejam atendidas, mas também um espaço que abrigue suas mentes, memórias, sonhos e desejos (PALLASMA, 2018). Nesse sentido, a casa representa o espaço físico onde a vida do habitante se situa a sua vida.

No entanto, quando esse espaço é transformado em um local rico em significado afetivo para o indivíduo, ele se torna um lar. O lar é uma expressão da personalidade e do estilo de vida do indivíduo, incorporando memórias, imagens, desejos, temores, passado e presente. É um espaço que recebe pessoas e rotinas que refletem os gostos e preferências do habitante. É o próprio habitante que define como viver em sua casa, com o objetivo de transformá-la em um lar acolhedor (NETO, 2017). A importância da moradia é especialmente significativa para crianças e idosos, uma vez que eles são mais

dependentes do ambiente residencial devido à necessidade de proteção e permanência em casa.

Da mesma forma, a ideia de habitar está relacionada à confiança e à capacidade de estabelecer relações com o local em que residimos. Estes termos envolvem a noção de permanecer, morar, "ser" e dar sentido a uma situação contínua. Portanto, pode-se afirmar que é possível habitar a realidade compartilhada quando estabelecemos um sentimento de confiança em nosso ambiente.

Mesmo que as crianças e adolescentes estejam temporariamente separados de suas famílias, o que já representa uma privação do direito à convivência familiar, é fundamental que a estadia na instituição seja o menos prejudicial possível. Isso implica em garantir um espaço adequado, como é o caso do "Abrigo". É importante que a criança tenha estímulos visuais, áreas para brincar, espaços privados e a experiência de conviver em uma comunidade, de forma a proporcionar um sentimento real de pertencimento.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

3.1 LOCALIZAÇÃO

O município de Jaraguá do Sul, localizado na Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense, encontra-se a uma distância de 190 km de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. O clima da região é classificado como subtropical úmido, sua área territorial corresponde a 530,894 m² e sua população é estimada em 184.579 indivíduos, apresentando uma densidade demográfica de 270,28 habitantes por km² (IBGE, 2010). O terreno onde será projetado o Abrigo Institucional situa-se no bairro Centro, Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, 512, tendo uma área total de 4517.39m², sendo resultado de uma junção de dois terrenos, que atualmente se encontram em desuso. Ele possui pouca declividade, sendo algo positivo para o projeto, visto que, por se tratar de uma instituição onde o principal usuário é o público infantil, para a segurança dos mesmos e precaução contra acidentes, não é recomendado o uso excessivo de escadas e rampas.

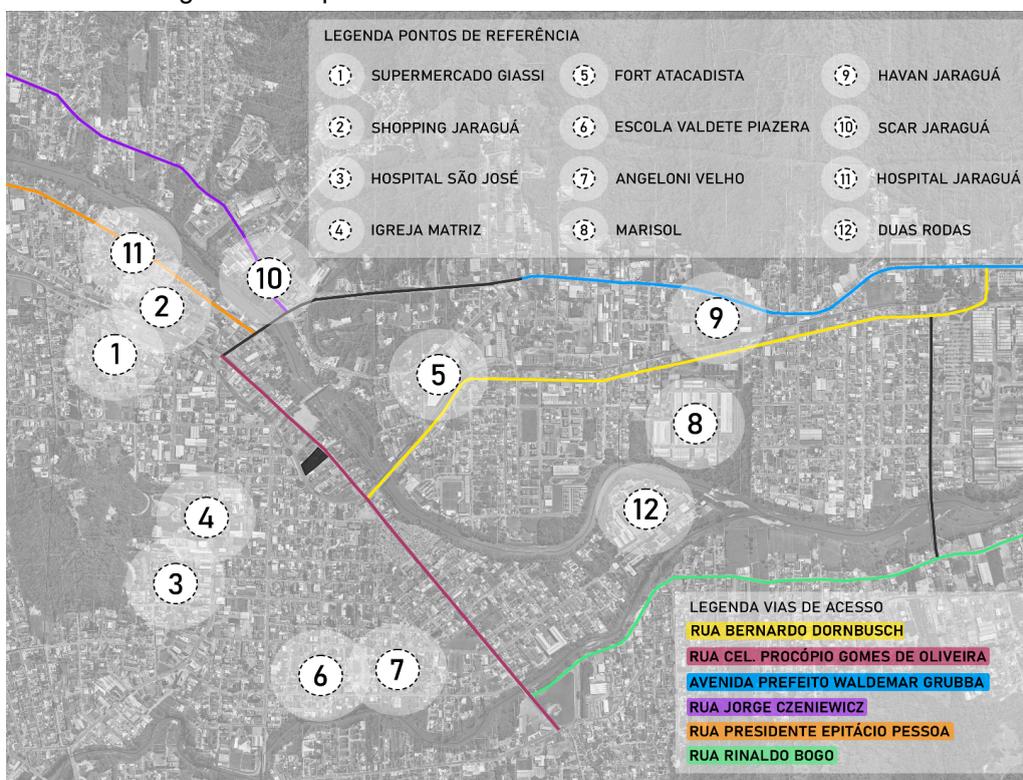
Figura 05: Mapas de aproximação e destaque de localização.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

O terreno escolhido para a proposta pode ser acessado através da Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira a qual está localizada, sendo a via que liga outras vias principais dos extremos da cidade, tornando-a um local de fácil acesso e bem localizado. Conforme pode-se observar na figura 06 abaixo, fica próximo a uma grande diversidade de pontos de referência e usos da cidade em seu entorno.

Figura 06: Mapas de Vias de Acesso e Pontos de Referência.



Fonte: Google Maps, Editado pela Autora, 2023.

As normas que regem os abrigos após o ECA sugerem que eles sejam inseridos em locais que não destoem da condição socioeconômica dos acolhidos. Além disso, é fundamental estabelecer proximidade com escolas públicas, pois a escola desempenha um papel importante na garantia do direito à convivência comunitária e no aprendizado das crianças e adolescentes. Também é necessário que os abrigos estejam próximos a equipamentos de saúde, pois esses serviços básicos são essenciais para atender prontamente crianças e adolescentes em casos menos complexos, garantindo um atendimento médico ágil e eficiente (MELLO, 2004).

O último critério para a escolha da área, foi através de um sistema estabelecido por Mello (Tabela 04). Ele criou uma pontuação para cada um dos elementos presentes na vizinhança. Para ele, definiu-se como mais importantes os itens escola, posto de saúde e ponto de ônibus. A partir desses parâmetros, estabeleceu-se como ótima a vizinhança dos abrigos que conseguiram pontuação alta em relação a proximidade desses equipamentos.

Tabela 04: Critérios de Mello que norteiam uma boa localização para Abrigos Institucionais

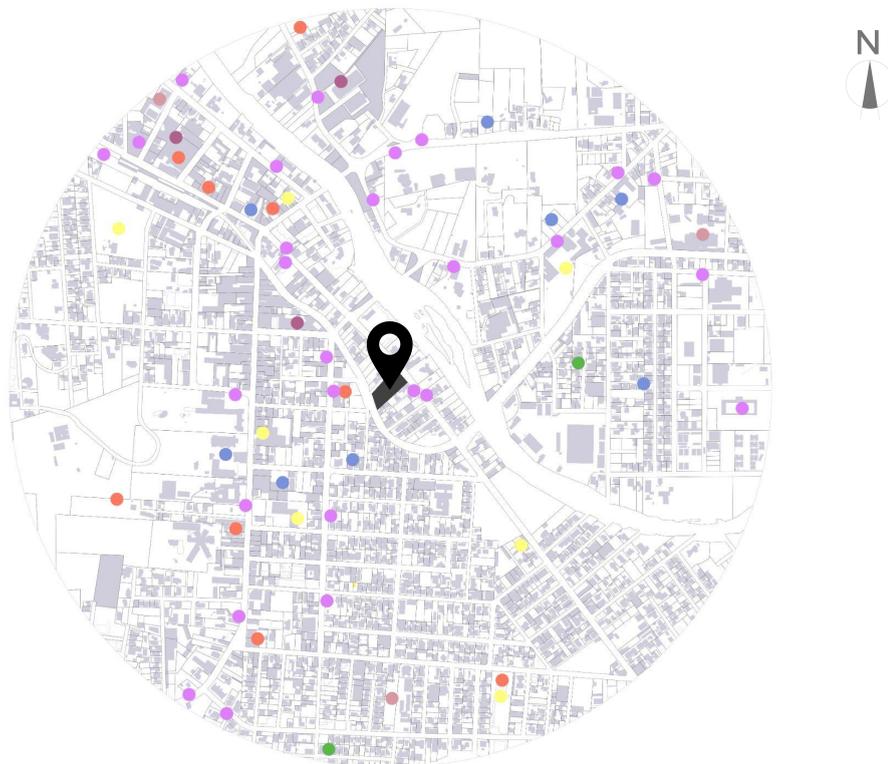
| CRITÉRIOS DE MELLO | |
|--------------------------------------|--------|
| CRITÉRIO | PONTOS |
| Entorno Residencial | 4 |
| Proximidade de escolas públicas | 5 |
| Proximidade de Pontos de Ônibus | 4 |
| Proximidade de Serviços de Saúde | 5 |
| Proximidade de Comércio | 3 |
| Proximidade de Equipamentos de Lazer | 2 |
| Proximidade de Equipamento Religioso | 2 |

Fonte: Mello (2014), Editado pela Autora, 2023.

O terreno escolhido atende a todos os critérios estabelecidos por Mello e além de possuir grande quantidade da maioria dos equipamentos acima, possui facilidade de

acesso no raio de 1000m. Existem 3 escolas a menos de 900m cada, o que é positivo por facilitar o acesso à educação por parte das crianças acolhidas. Já o hospital fica a aproximadamente 650m do terreno (Figura 06), possibilitando o atendimento à saúde de maneira rápida para casos de emergências. Com relação ao acesso e mobilidade, a área se encontra próxima a Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira e Rua Reinoldo Rau, estas que possuem grande quantidade de pontos de ônibus (Conforme é possível observar na figura 07 abaixo).

Figura 07: Mapas de Equipamentos, Raio de análise de 1000m à partir do eixo da área de intervenção.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Geoportal Municipal, 2023.

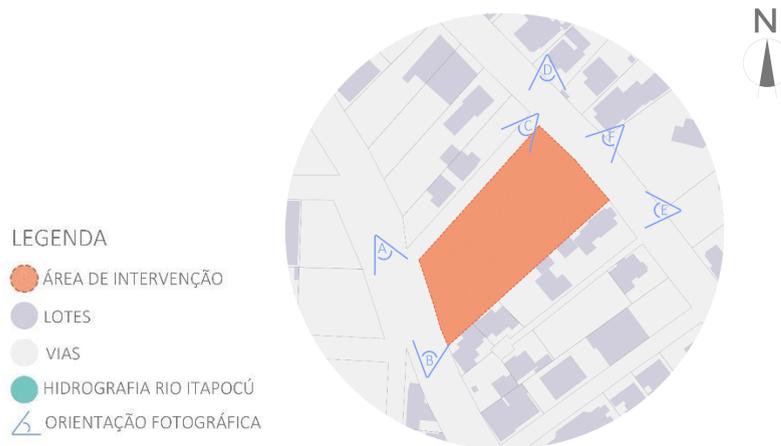


3.2 INSERÇÃO URBANA

O lote possui características topográficas plana, com desnível apenas na área central do terreno, e encontra-se nesse momento sem nenhum obstáculo natural,

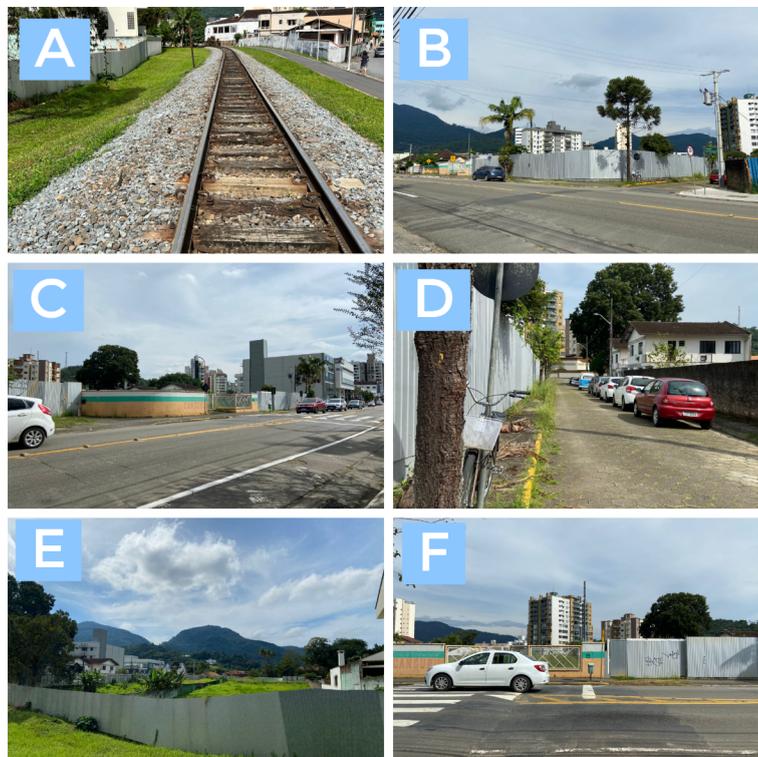
contando apenas com alguns pontos de vegetação em posições isoladas. Um dos terrenos está atualmente cercado por tapumes, tapando a visão interna do terreno. Pode-se observar também através da figura 09 abaixo, que o terreno é cercado por edificações residenciais na parte direita do lote, pela linha férrea aos fundos, e estacionamento à esquerda do observador, conforme imagens 08 e 09 abaixo:

Figura 08: Levantamento Topográfico do Terreno.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Geoportal Municipal, 2023.

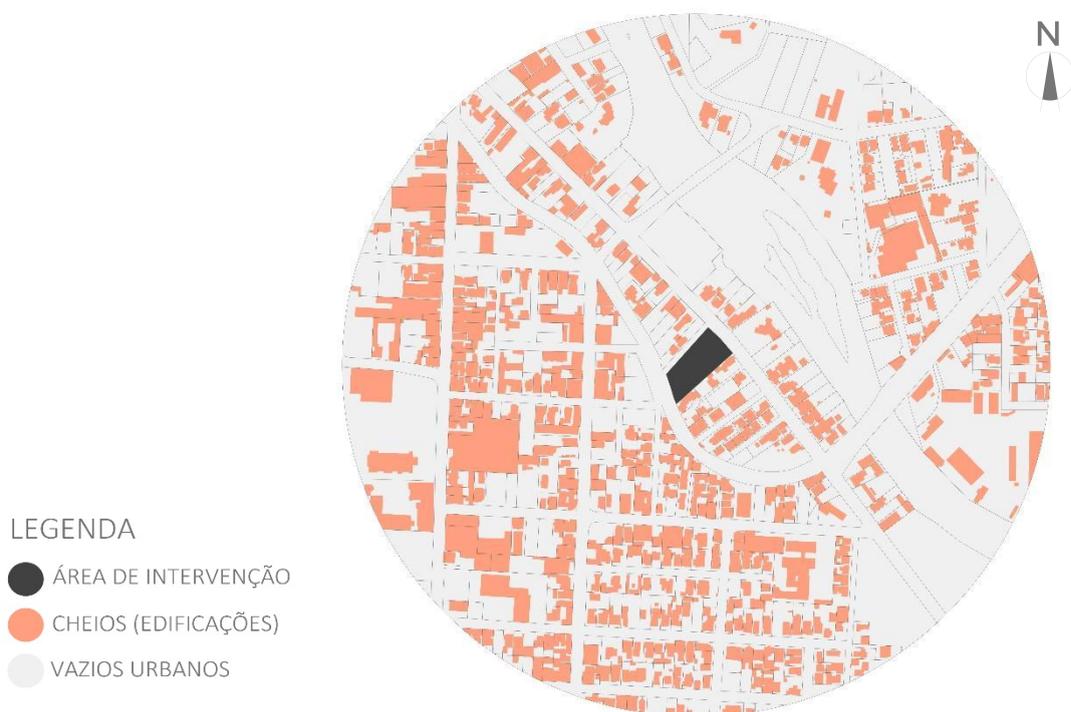
Figura 09: Levantamento Fotográfico do Terreno.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Com base na figura 10 apresentada abaixo, a qual ilustra o mapeamento da ocupação urbana ao redor da área em análise, é evidente que a localização apresenta uma alta densidade de construções. No entanto, o terreno em questão é atualmente um espaço vazio dentro do ambiente urbano, que ao longo do tempo tem ganhado valorização financeira devido à sua privilegiada localização e infraestrutura disponível, o que tem estimulado a prática de especulação imobiliária.

Figura 10: Mapa de Cheios e Vazios Urbanos, Raio de análise de 500m à partir do eixo da área de intervenção.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Geoportal Municipal, 2023.

3.3 USO DO SOLO

Tendo em vista que o terreno se encontra na região central da cidade, e possui acessibilidade facilitada, é possível constatar que ele possui um vasto potencial. O bairro em questão apresenta uma ampla gama de usos, com destaque para os usos comerciais, residenciais e mistos, além de contar com uma quantidade significativa de equipamentos institucionais e de serviços.

Figura 11: Mapa de Uso do Solo. Raio de análise 500m à partir do eixo da área.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Geoportal Municipal, 2023.

Com base no mapa de uso do solo apresentado acima (Figura 11), é possível constatar que a área onde se situa o terreno é amplamente desenvolvida, dada a diversidade de atividades já existentes. Dessa maneira, os moradores da região dispõem de uma ampla gama de estabelecimentos que atendem às suas necessidades cotidianas, o que reforça a decisão de manter a proposta do abrigo nessa localidade. Tal decisão encontra respaldo no referencial teórico, que enfatiza a importância de um ambiente urbano que permita a autonomia dos abrigados.

3.4 CONDICIONANTES URBANÍSTICAS

No contexto de Zoneamento — entendido pela Lei no 8.343/2020 como “[...] a repartição do solo urbano e de expansão urbana em zonas com uso e ocupação definidas, harmonizando o direito individual de propriedade e de construir com a função social da mesma, em prol do bem-estar coletivo.” (JARAGUÁ DO SUL, 2020) — o terreno integra a Zona Comercial e de Serviço Primário (ZCP). Em seu entorno imediato

encontra-se também a zona Comercial e de Serviço Secundária (ZCS) (JARAGUÁ DO SUL, 2018).

“Destinada ao uso comercial não atacadista e de prestação de serviços não especial mais intenso, complementado pelo uso residencial, indústrias de até pequeno porte e pequeno potencial poluidor/degradador e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis; a ZCP compreende a área central da cidade, podendo receber intervenções e projetos de renovação, qualificação ou reestruturação urbana.” (Art 54º, JARAGUÁ DO SUL, 2018).

A ocupação do solo se dará segundo índices urbanísticos, visando assegurar adequada insolação e ventilação natural, racional distribuição populacional e proporção equilibrada entre edificações, lotes, equipamentos e espaços públicos, que dispõem do do Código de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (Art 9º, Lei nº 8.343/2020, JARAGUÁ DO SUL, 2020). Sendo assim, o percentual máximo de ocupação é de 80%.

Conforme previsto na legislação em questão, constata-se que o gabarito máximo permitido para o bairro em questão é de 90,00m.

Tabela 05: Resumo dos Parâmetros Legais.

| | |
|-------------------------|-----------------|
| Taxa de Ocupação | 80% |
| Gabarito | 90m |
| Recuos | Laterais = 1,5m |
| Zoneamento | ZCP |

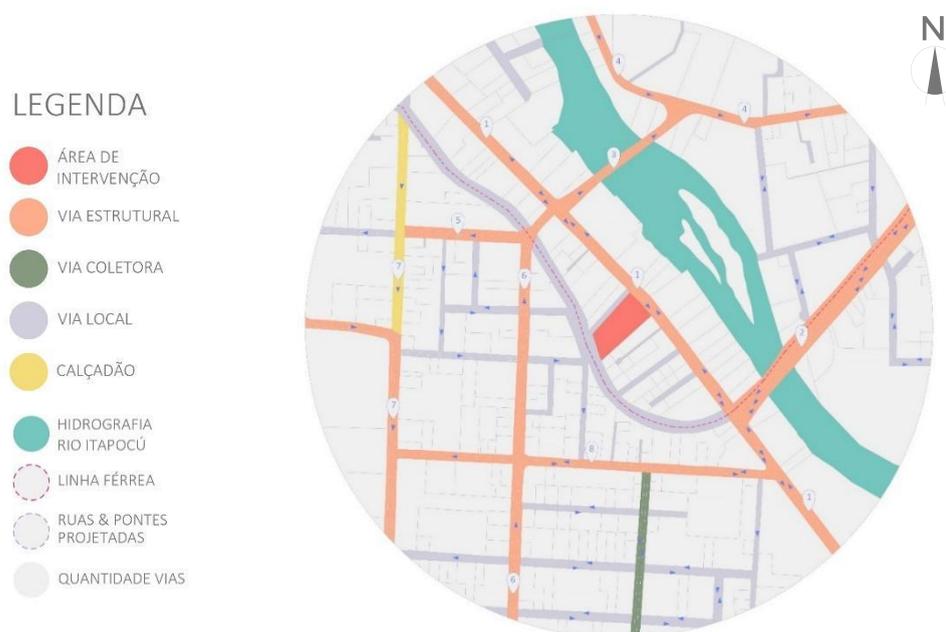
Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

Ademais, é importante destacar que o gabarito máximo permitido, que chega a 90,00m nas proximidades do imóvel, embora não haja nenhuma edificação que atinja tal altura, sugere que essa limitação foi estipulada visando o progresso e desenvolvimento da região.

3.5 CONDICIONANTES DE MOBILIDADE

O terreno está situado na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, a qual constitui um Eixo viário prioritário. Conseqüentemente, em conformidade com as diretrizes da legislação municipal, é necessário que a edificação possua uma área frontal livre de 5,00m. Ademais, trata-se de uma via Estrutural, com uma largura do leito com revestimento asfáltico de 10,00m, mais 4,20m de vaga de estacionamento em ambos os lados, totalizando 14,20m do limite entre os passeios. A quadra possui passeio em paver de boa qualidade com 2,5m de largura e a via é caracterizada por uma intensa movimentação de veículos. Conforme é possível constatar na Figura 12 abaixo, a via situada à frente do terreno é estrutural e estabelece uma conexão entre os bairros anexos ao bairro Centro. Nesse sentido, durante os horários de maior fluxo de veículos, geralmente ao início e ao final da manhã, a via mencionada, tem um aumento no volume de tráfego, uma vez que esta é uma das únicas rotas disponíveis.

Figura 12: Mapa de Eixo Viário. Raio de análise 500m à partir do eixo da área.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Geoportal Municipal, 2023.

Em suma, a via de conexão direta com o terreno é estrutural, e de alto fluxo veicular. Já no fluxo de pedestres, a via frontal promove alto fluxo, enquanto na lateral é baixo. No transporte público, ambas são contempladas pela passagem de rota de ônibus,

estando o Terminal Urbano a 900m. O sistema cicloviário não é passante nas vias, porém há projeção para conexão com a malha cicloviária do entorno.

Figura 13: Mapa de Eixo Viário. Raio de análise 500m à partir do eixo da área.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Geoportal Municipal, 2023.

3.6 CONDICIONANTES AMBIENTAIS E BIOCLIMÁTICOS

Foi realizada uma análise dos condicionantes ambientais e bioclimáticos, incluindo a dimensão do terreno, ventilação predominante, insolação e topografia. O terreno escolhido para o desenvolvimento da proposta possui topografia pouco acidentada, podendo ser considerado um terreno plano. A cidade de Jaraguá do Sul possui um clima subtropical úmido, com verões quentes e temperaturas médias anuais de 20°C, juntamente com uma precipitação média anual de 1837mm (WEATHERSPARK, 2023). Embora a ventilação predominante possa variar ao longo do ano, ela geralmente vem da direção Leste e, em alguns meses, do Norte.

Figura 14: Dimensões do Terreno e Trajetória solar. Raio de análise 500m à partir do eixo da área de intervenção.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Ao avaliar a posição do sol em relação ao imóvel, nota-se que a parte frontal do terreno está voltada para o Leste, onde o sol nasce, enquanto a direção oposta, o Oeste, é onde o sol se põe e onde se encontra a parte de trás do terreno. A carta solar no mapa mostra como a trajetória do sol varia ao longo das diferentes estações do ano. No terreno em questão, não há construções ou grandes árvores, apenas vegetação rasteira.

4 OBRAS ANÁLOGAS

Com o objetivo de embasar a criação do projeto preliminar, foram examinadas referências de projetos que serão mostrados a seguir. Três edifícios foram escolhidos por possuírem características importantes para o projeto que será desenvolvido, e serão mais explorados após as análises. Cada projeto/edifício foi analisado com base em critérios como conceito, localização urbana, organização, fluxo de pessoas, programa e materiais, bem como soluções técnicas.

4.1 BERÇÁRIO E JARDIM DE INFÂNCIA HANAZONO

O berçário e Jardim de infância Hanazono / HIBINOSEKKEI + Youji no Shiro encontra-se situado na cidade de Miyakojima, localizada na ilha de Okinawa, pertencente à província da região sul do Japão. A cidade possui uma média de 300 mil habitantes e abrange uma área total de 39 km², apresentando clima oceânico subtropical.

O projeto em questão foi selecionado em razão de sua proposta projetual, que visa fomentar a interação da criança com o ambiente, estimulando sua relação com os espaços internos e externos do edifício. A ideia consiste em oferecer um ambiente que propicie a dinamização do processo educacional, aumentando a relação da criança com o espaço natural. Na entrada do edifício, grande parte do terreno é destinada a um extenso pátio-jardim (Figura 15), que se interliga diretamente com os ambientes internos da edificação por meio de painéis móveis de vidro.

Figura 15: Pátio Jardim do Berçário e Jardim de infância Hanazono.



Fonte: Studio Bauhaus, 2015.

Os painéis mencionados são distribuídos em todo o pavimento térreo do edifício, o que possibilita a abertura ou o fechamento dos ambientes de acordo com a atividade desenvolvida. Ademais, esses elementos permitem um diálogo claro entre o ambiente interno e externo. Tal diálogo é ainda mais incentivado pela presença de um pátio central (Figura 16), que possibilita a entrada de luz e ar por toda a edificação e ainda oferece um ótimo espaço livre para o desenvolvimento de diversas atividades.

Figura 16: Pátio Central Aberto Berçário e Jardim de infância Hanazono.



Fonte: Studio Bauhaus, 2015.

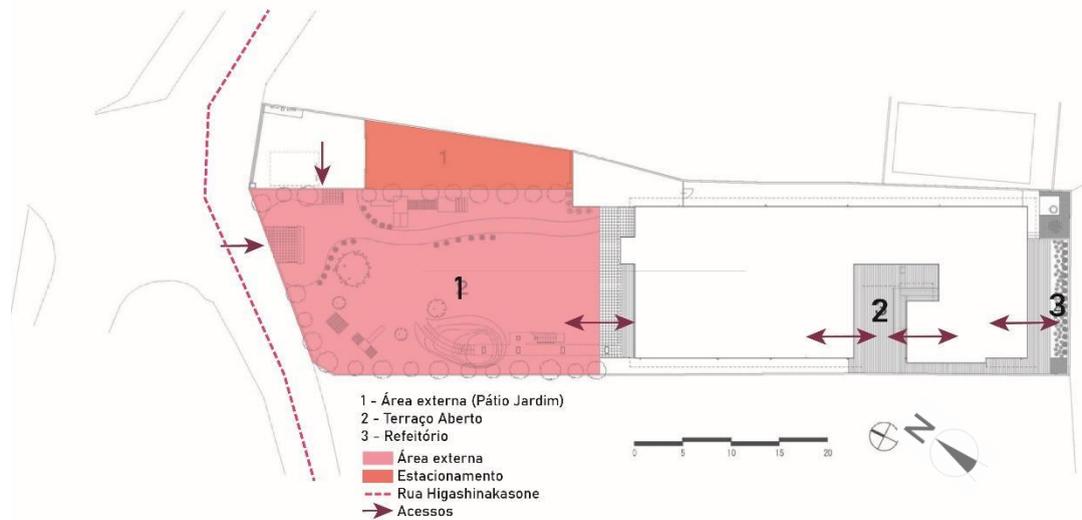
Adicionalmente, foi projetado um refeitório aberto (Figura 17) que permite que as crianças realizem suas refeições em um ambiente livre e conectado à natureza. A partir dessas soluções projetuais, fica evidente a adoção de um conceito aberto e flexível para a edificação, que contribui para a humanização do espaço e estimula o desenvolvimento das crianças por meio do contato com as áreas verdes.

Figura 17: Pátio Central e Refeitório Aberto do Berçário e Jardim de infância Hanazono.



Fonte: Studio Bauhaus, 2015.

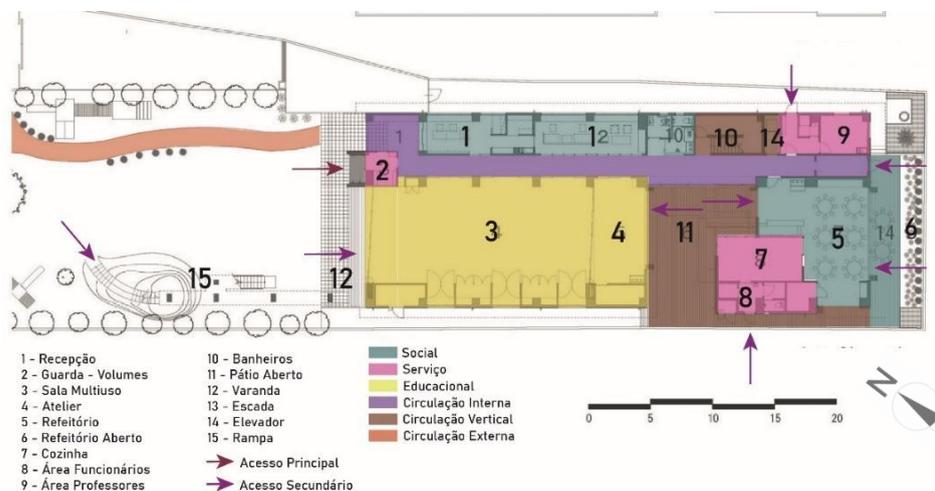
Figura 18: Zoneamento Geral Berçário e Jardim de Infância Hanazono.



Fonte: Archdaily, 2015, adaptado pela autora.

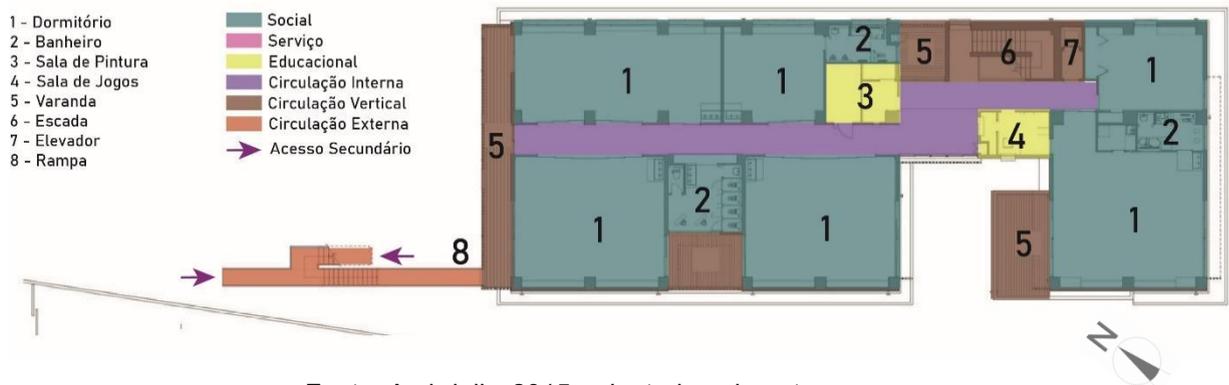
O programa de necessidades para o edifício foi dividido em dois pavimentos, sendo que o térreo concentra as atividades de maior fluxo (Figura 19), como o estúdio e o atelier. Já as atividades que exigem maior tranquilidade e espaços privados, como a biblioteca e a área de cuidado infantil, foram dispostas no pavimento superior, conforme visto na figura 20 (ARCHDAILY, 2015). No que tange ao fluxo, a circulação horizontal é realizada por meio de corredores internos, enquanto a circulação vertical é feita por meio de escadas, elevador e uma rampa que permite o acesso e a circulação entre o pátio e o pavimento superior.

Figura 19: Zoneamento do térreo do Berçário e Jardim de infância Hanazono.



Fonte: Archdaily, 2015, adaptado pela autora.

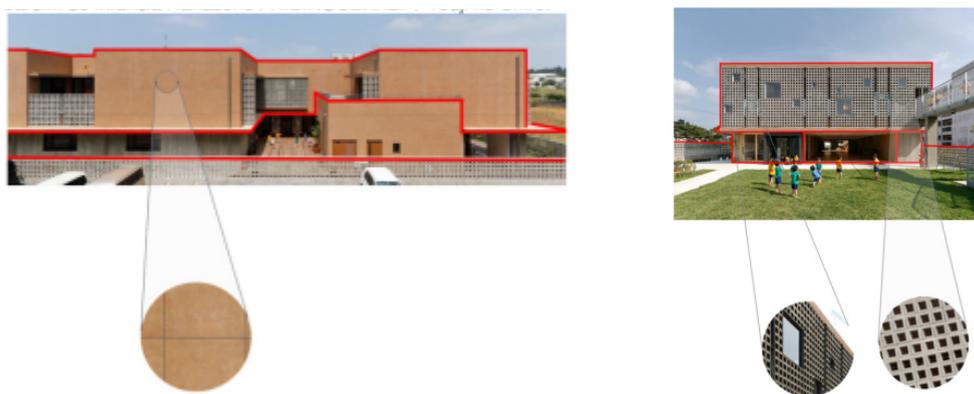
Figura 20: Zoneamento do Primeiro Pavimento do Berçário e Jardim de infância Hanazono.



Fonte: Archdaily, 2015, adaptado pela autora.

A fachada do edifício é caracterizada por formas básicas, ordenadas e simples. A estrutura de elementos vazados em estilo cobogó servem para controlar a entrada de sol e aumentar a permeabilidade do ar, promovendo assim, conforto ambiental (Figura 21). O revestimento principal é feito com cerâmicas laranjas, típicas da região. As esquadrias na fachada frontal servem para permitir a entrada de luz e também para compor a fachada do bloco (Figura 21). Ao redor do edifício, há paredes de meia altura feitas da mesma estrutura de elementos vazados, o que permite uma conexão do edifício com o ambiente externo além da área interna do lote.

Figura 21: Análise de Volumetria da Fachada Posterior e Frontal do Berçário e Jardim de infância Hanazono.

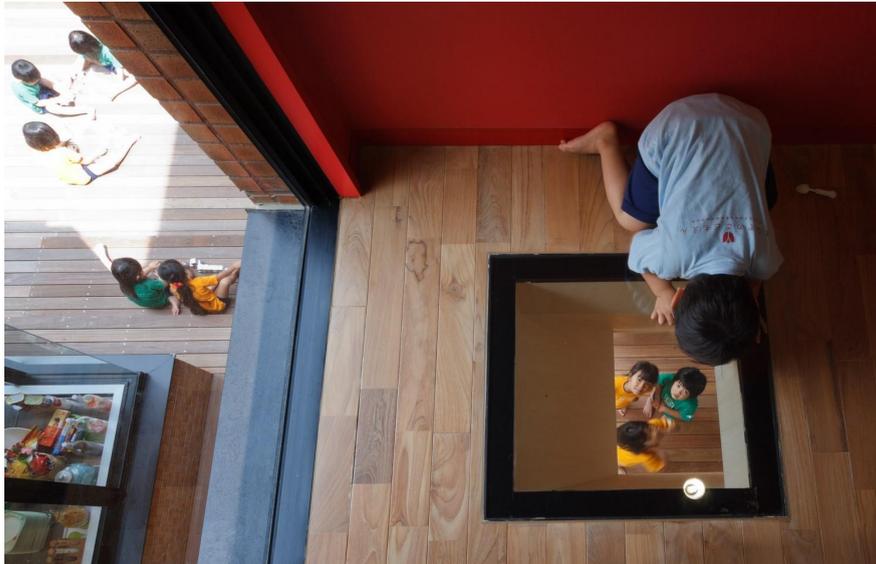


Fonte: Studio Bauhaus, 2015, adaptado pela autora.

Os profissionais do escritório HIBINOSEKKEI + Youji no Shiro empregaram em suas criações soluções criativas e lúdicas que possibilitam a participação e a interação da

criança com o ambiente, criando um espaço de aprendizagem dinâmica (figura 22). Destaca-se ainda que as paredes foram projetadas para serem utilizadas como quadros negros, permitindo uma utilização diferenciada do espaço (figura 23).

Figura 22: Clarabóia Interativa do Berçário e Jardim de infância Hanazono.



Fonte: Studio Bauhaus, 2015.

Figura 23: Quadro negro interativo do Berçário e Jardim de infância Hanazono.



Fonte: Studio Bauhaus, 2015.

Nesses ambientes, é estimulada a diversidade das cores, sobretudo as cores primárias (figura 24), para que as crianças possam diferenciar o espaço e suas funções.

Além disso, há a utilização de um mobiliário totalmente pensado nas necessidades e ergonomia infantil. Essas soluções projetuais são altamente benéficas para o desenvolvimento infantil, já que, como evidenciado em capítulos anteriores, autores como Costa (2006) e Scott (2010) defendem que a arquitetura infantil deve estimular a independência e a exploração do espaço pelas crianças, assim como a sua participação nas atividades da instituição.

Figura 24: Espaços coloridos e mobiliário infantil.



Fonte: Studio Bauhaus, 2015.

4.2 FUNDAÇÃO BRADESCO

Situada na zona rural de Formoso do Araguaia, a 320 km da capital Palmas – TO, encontra-se a fazenda Canuanã, administrada pela Fundação Bradesco, que acolhe aproximadamente 800 alunos entre 7 e 18 anos de idade, oriundos de regiões remotas sem acesso à educação. O propósito deste projeto é conceber residências para abrigar 540 alunos que permanecem no internato da fazenda. Durante o tempo em que estiverem na fazenda, a instituição exerce múltiplas funções, sendo casa, família, abrigo, laboratório e sala de aula, e, por essa razão, este projeto foi selecionado para análise no presente estudo (ROSENBAUM, 2017).

A habitação infantil foi separada em dois blocos, um para meninas e outro para meninos, e localizados em pontos estratégicos nas extremidades da fazenda (Figura 25), com o objetivo de orientar o novo crescimento, organizar o território e permitir uma melhor leitura espacial e funcional da escola. Além disso, a área central da fazenda foi ocupada

por programas diretamente relacionados ao processo de aprendizagem (ROSENBAUM, 2017).

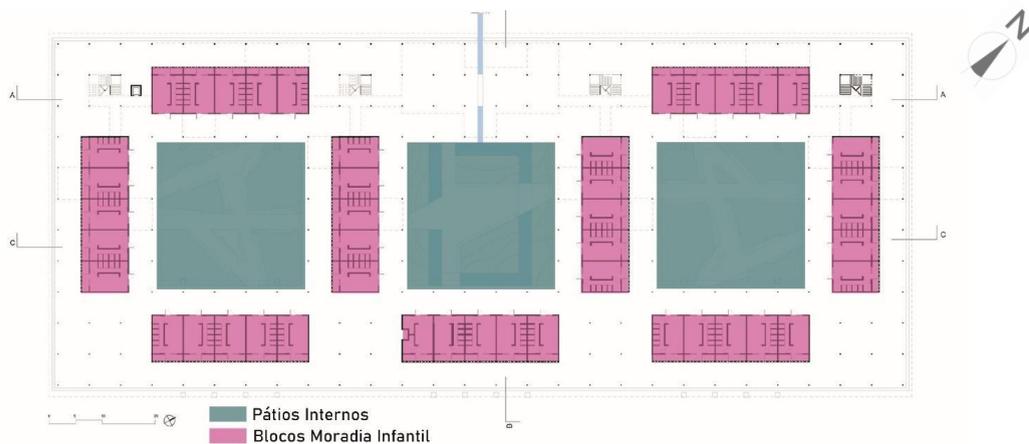
Figura 25: Implantação Fundação Bradesco.



Fonte: Archdaily, 2017.

A distribuição dos nove blocos pertencentes a cada moradia estudantil foi realizada de maneira a criar pátios centrais, que são fundamentais para fomentar o convívio social e proporcionar a sensação de acolhimento por meio do contato com o ambiente natural (Figura 26). Essa percepção é ainda mais acentuada pela cobertura singular que conecta todos os blocos e proporciona a sensação de refúgio, segurança e estabelecimento de limites (Figura 27). Cada bloco é composto por 45 dormitórios, cada um com capacidade para hospedar seis alunos, ou seja, poucos alunos por unidade, auxiliando na qualidade de vida, privacidade e no desempenho individual de cada um. Além de espaços de convivência adjacentes, tais como salas de televisão, espaços de leitura, varandas, redes, entre outros (ARCHDAILY, 2017).

Figura 26: Organização Espacial da Fundação Bradesco.



Fonte: Archdaily, 2017, adaptado pela autora.

Figura 27: Cobertura que integra todos os ambientes.



Fonte: Finotti, 2015.

Figura 28: Pátio Interno.



Fonte: Finotti, 2015.

Durante todo o processo de desenvolvimento da proposta, foi adotada uma abordagem colaborativa que envolveu ativamente os alunos e a comunidade local. Foram realizadas consultas para identificar as suas necessidades, investigar os métodos construtivos e os elementos relacionados ao modo de vida e moradia (ROSENBAUM, 2017). A aplicação desta metodologia resultou na aparência dos edifícios, onde foram utilizados materiais que remetem às raízes e origens culturais da região, como os tijolos de adobe aparentes, que criam texturas que fazem referência ao trançado de palha característico do artesanato local (Figura 29).

Figura 29: Malha de tijolo aparente à luz do dia.



Fonte: Finotti, 2015.

Por outro lado, a tecnologia da madeira laminada colada tem sido amplamente empregada, permitindo a criação de formas curvas e seções variáveis, além de apresentar avanços que tornam mais fácil a aplicação da madeira na construção, desconstruindo a ideia pré-concebida de que o material tem um custo elevado e harmonizando o passado e o futuro. No que se refere à composição estética do edifício, a cor vermelha foi utilizada para destacar os volumes dos blocos (conforme ilustrado na Figura 30).

Figura 30: Malha de tijolo aparente ao final da tarde.



Fonte: Finotti, 2015.

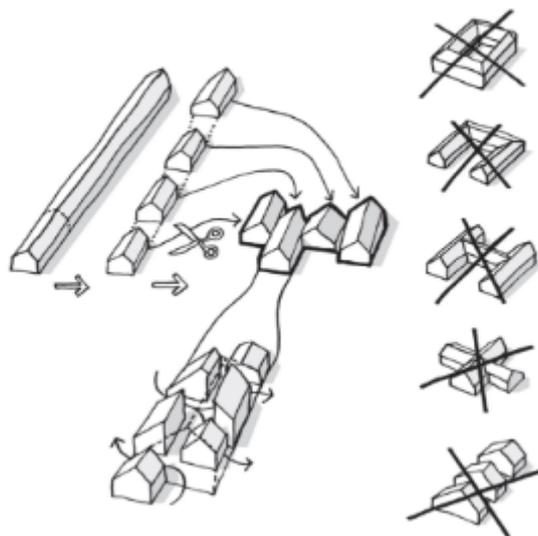
4.3 CASA DE ACOLHIMENTO DE MENORES/CEBRA

A Casa de Acolhimento está localizada na cidade de Kerteminde, Dinamarca do Sul, que tem uma pequena população de 10.986 pessoas, de acordo com o censo de 2015, e uma área total de 143m². É um centro de atendimento 24 horas para crianças e adolescentes com problemas de saúde mental e social. O objetivo principal deste projeto é atender às necessidades especiais das crianças, criando um ambiente acolhedor e seguro que se pareça mais com uma casa do que uma instituição.

O edifício é construído no centro do terreno e possui dois acessos, um principal pela Rua Strandgårds Alle e outro secundário pela mesma rua. Está localizado em uma área residencial com acesso a equipamentos públicos que auxiliam no desenvolvimento das atividades das crianças atendidas.

A configuração física da estrutura é criada a partir de uma área que integra habitações interligadas entre si (Figura 31). As áreas compridas do prédio convencional foram divididas e compactadas em um edifício menor, reduzindo a escala da construção e diminuindo as distâncias entre as unidades. Essa abordagem torna mais fácil para a equipe técnica monitorar as atividades e aumenta as interações sociais entre as crianças. Cada grupo de idade tem seu próprio espaço definido pelas unidades distintas, o que ajuda a definir as funções e atividades de cada ambiente (ARCHDAILY, 2015).

Figura 31: Zoneamento da casa de acolhimento.

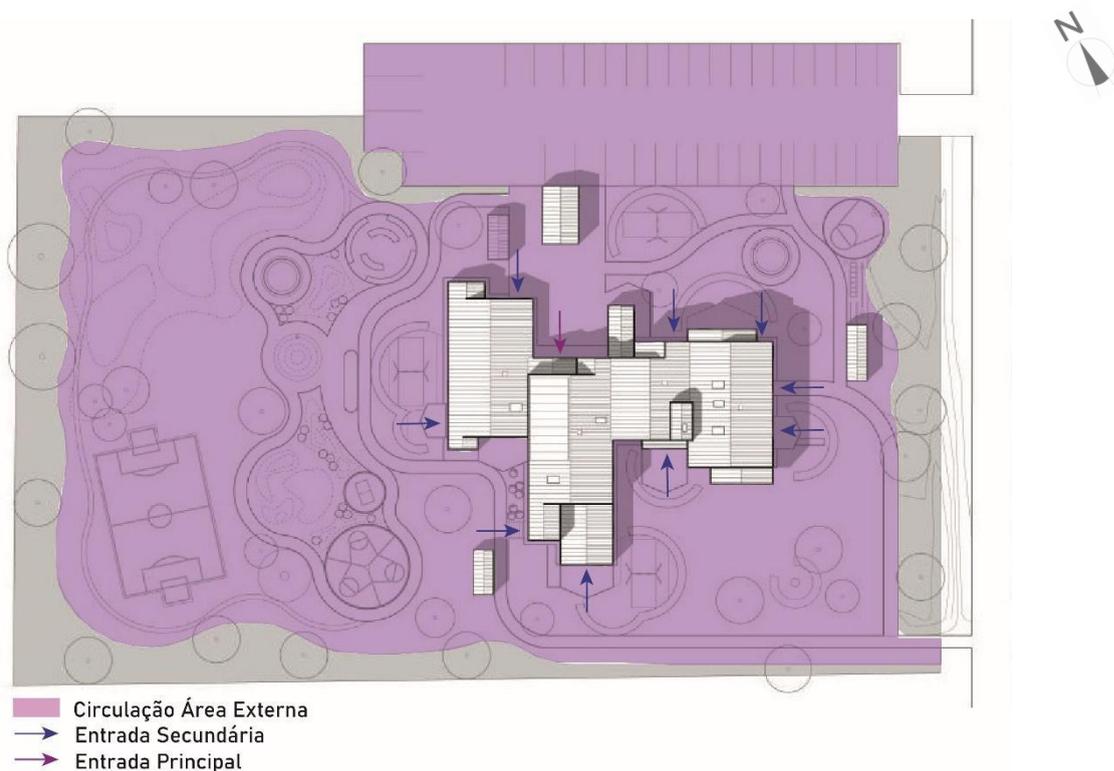


Fonte: CEBRA, 2014.

O edifício final foi criado pela união de quatro blocos de residências, transformando-os em uma estrutura única. Com essa mudança, todas as circulações internas estão conectadas, o que permite definir acessos principais e secundários para a estrutura.

O projeto explora elementos e formas conhecidas para criar um ambiente contemporâneo e acolhedor, projetado especialmente para atender às necessidades especiais dos residentes. A instituição tem como objetivo integrar a segurança de um ambiente residencial tradicional com abordagens educacionais inovadoras que reconhecem a importância e a função de um lar para crianças. A proposta é criar um espaço que estimule as relações sociais e promova a ideia de comunidade, ao mesmo tempo em que valorize as necessidades individuais das crianças, proporcionando a elas um sentimento de pertencimento e orgulho em chamar esse lugar de seu lar.

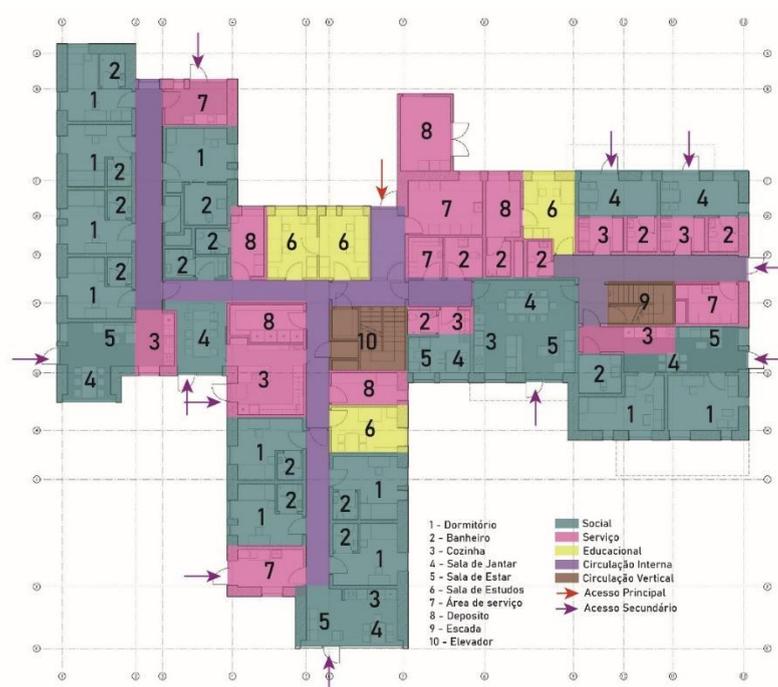
Figura 32: Acessos Casa de Acolhimento.



Fonte: CEBRA, 2014, editado pela autora.

A Casa de Acolhimento possui um interior dividido em três setores: social, serviço e educacional, cada um com sua respectiva função. Os quatro blocos são interligados por circulações horizontais e verticais. Nos pavimentos, os blocos das extremidades possuem apenas áreas sociais e de serviço, sendo compostos somente por quartos, banheiros e cozinhas, tornando-se assim áreas mais íntimas. Já os blocos centrais possuem também ambientes educacionais, o que promove uma maior interação entre os usuários e uma maior variedade de uso. Durante a elaboração do programa de necessidades, foi considerada a importância de manter os quartos e banheiros individualizados, garantindo a privacidade e individualidade dos usuários.

Figura 33: Zoneamento do térreo da Casa de Acolhimento.



Fonte: CEBRA, 2014, editado pela autora.

Figura 34: Zoneamento do primeiro pavimento da Casa de Acolhimento.



Fonte: CEBRA, 2014, editado pela autora.

O escritório optou por uma abordagem arquitetônica simples para integrar a construção com o entorno, utilizando formas clássicas de casas dinamarquesas com telhados de duas águas e fachadas diferentes para criar movimento formal (ARCHDAILY, 2015). O projeto também incorpora aberturas de vidro para aumentar a iluminação e ventilação natural nos espaços internos, criando um ambiente confortável e permitindo que os usuários se conectem com o ambiente natural ao seu redor.

Figura 35: Volumetria da fachada frontal e posterior da Casa de Acolhimento.



Fonte: Mikkel Frost, 2014.

O projeto arquitetônico optou por manter a ideia de simplicidade e harmonia com o entorno, utilizando revestimentos externos de madeira e tijolo para criar uma aparência acolhedora. A paleta de cores da edificação é baseada nos tons naturais desses materiais, com tons terrosos predominando na fachada e uma tonalidade contrastante de madeira e paredes brancas no interior. Ao combinar e aplicar os elementos básicos de uma forma nova e lúdica, a casa de acolhimento se destaca como um lugar extraordinário através da sua própria identidade.

Figura 36: Análise dos materiais construtivos da Casa de Acolhimento.



Fonte: Mikkel Frost, 2014, editado pela autora.

Figura 37: Ambientes Internos da Casa de Acolhimento.



Fonte: Mikkel Frost, 2014.

Ao dividir o edifício em várias partes, os arquitetos buscam evitar a monotonia da casa. Mesmo utilizando um único material em toda a instituição, eles conseguem criar um senso de movimento e ritmo por meio da reinterpretação das formas dos sótãos, variações nas alturas e comprimentos dos blocos, além da aleatoriedade no tamanho das aberturas.

4.4 SÍNTESE E PERTINÊNCIA DAS OBRAS ANÁLOGAS

Todos os projetos avaliados possuem suas qualidades, porém, nesta fase, é necessário comparar as características individuais de cada um. Após a análise dos aspectos de cada projeto e edifício, foi possível resumir as informações e indicar sua relevância em diferentes níveis para orientar o projeto do Abrigo Institucional de Jaraguá do Sul.

Tabela 06: Resumo das Obras Análogas

| | BERÇÁRIO E JARDIM DE INFÂNCIA HANAZONO | FUNDAÇÃO BRADESCO | CASA DE ACOLHIMENTO DE MENORES/CEBRA |
|------------------------|--|--|--|
| |  |  |  |
| CONCEITO | Interação da criança com o ambiente, estimulando seu envolvimento com os espaços internos e externos do edifício. | Conexão entre o público e o privado, promovendo espaços de convivência entre a comunidade, a natureza e cada indivíduo, reconectando crianças e jovens às suas raízes. | Focado nas necessidades especiais dos residentes e com novas ideias pedagógicas, incentivando relações sociais e uma sensação de comunidade. |
| INSERÇÃO URBANA | Localizada em zona residencial e com diversidade de usos comerciais em seu entorno. | Localizada em zona rural, afastado de grandes centros e com poucas edificações ao seu entorno. | Localizada em uma área central periférica da cidade e ao seu entorno se encontram imóveis residenciais, e com acesso a equipamentos públicos. |
| SETORIZAÇÃO | Edifício de 2 pavimentos, sendo no térreo as atividades de maior fluxo (setor social), e no pavimento superior espaços privados (setor íntimo) | As moradias infantis estão divididas em dois blocos, um feminino e outro masculino. No pavimento térreo encontram-se as duas vilas de dormitórios com praças no centro de cada uma delas, enquanto no pavimento superior, estão as salas de aula, sala de jogos, recreação, administração e entre outros usos. | O projeto é dividido em três setores: social, serviço e educacional. Os blocos das extremidades abrigam áreas sociais e de serviço, enquanto os blocos centrais possuem espaços educacionais, proporcionando maior interação e diversidade de uso. |
| MATERIALIDADE | Cerâmica natural da região, vidro e cobogós | Tijolo do abode, madeira e trançado de palha | Madeira e vidro |
| LEGENDA | MUITO RELEVANTE | RELEVANTE | POUCO RELEVANTE |

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Cada aspecto foi considerado em termos de sua importância, sendo classificado como altamente relevante para aqueles com grandes possibilidades de serem aplicados no projeto em desenvolvimento e moderadamente relevante para aqueles com poucas possibilidades.

5 ESTUDO PRELIMINAR

5.1 CONCEITO E PARTIDO

Um projeto arquitetônico é orientado por princípios que visam aprimorar o espaço e a qualidade de vida dos seus usuários, ao sintetizar suas necessidades. Esses princípios são as diretrizes do projeto, que direcionam seu desenvolvimento e conectam o referencial teórico ao projeto em si. Portanto, para iniciar o projeto da nova unidade de acolhimento em Jaraguá do Sul, uma série de diretrizes foi compilada e será utilizada como referência para a concepção do projeto.

A proposta é criar um abrigo e acolhimento de qualidade, rompendo com os padrões institucionais, a fim de oferecer um ambiente que atenda às necessidades afetivas da primeira infância e proporcione a sensação de lar. Para isso, será feito espaços humanizados que contribuam para o desenvolvimento psicológico e emocional das crianças acolhidas. Visando à segurança e à integração com a sociedade, será projetado espaços seguros que estejam abertos ao convívio comunitário. Além disso, terá áreas de socialização e convívio, incentivando o encontro das crianças e adolescentes com suas famílias de origem, em busca da reintegração familiar, ou com suas famílias substitutas, durante o processo de adaptação para posterior adoção. Esses espaços não interferirão nas áreas residenciais, garantindo a privacidade necessária.

Será valorizado a realização de atividades culturais, de lazer e recreação, tanto para os acolhidos quanto para a comunidade. Também incentivando o contato com a natureza, proporcionando ambientes que conectem as crianças à natureza e promovam um senso de bem-estar. Além disso, será explorado a possibilidade de realizar eventos beneficentes para auxiliar na manutenção da entidade, envolvendo a comunidade e fortalecendo o apoio local.

Com essa proposta de conceito, buscou-se criar um ambiente acolhedor, integrado à sociedade e que promova o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes acolhidos, garantindo-lhes um lar seguro, afetivo e estimulante.

5.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O conjunto de requisitos foi formulado com base na Cartilha de Orientações Técnicas mencionadas anteriormente. Seguindo a principal diretriz do projeto, que busca criar um ambiente mais familiar e menos institucional, decidiu-se organizar o programa em diferentes blocos, incluindo três blocos íntimos, um bloco administrativo, um bloco social e um bloco de serviço.

Cada bloco residencial possui uma capacidade máxima de acomodar 6 usuários, totalizando um atendimento máximo de 20 crianças. A distribuição das crianças nos blocos foi feita levando em consideração a faixa etária, e o programa foi planejado de forma a ter 3 crianças por dormitório, cada uma com sua própria cama individual. Além dos cômodos essenciais de uma casa, foram previstos espaços lúdicos adequados para cada faixa etária, visando facilitar a apropriação individual de cada espaço.

O bloco administrativo, responsável pela gestão geral da instituição, deve ser localizado no terreno de forma a não ter uma ligação direta com os blocos residenciais. Isso se deve ao objetivo de tornar a realidade institucional menos visível e presente na vida das crianças acolhidas.

Por último, o bloco de apoio foi concebido com o propósito de oferecer suporte aos blocos residenciais. Nele serão encontrados o refeitório, a cozinha, o depósito de alimentos, a lavanderia, entre outros espaços. Esse bloco será responsável por fornecer suprimentos para todas as cozinhas dos blocos residenciais, além de cuidar da lavagem das roupas das crianças, devolvendo-as limpas para cada bloco.

No que diz respeito ao programa, é importante destacar que, seguindo o conceito de criar um ambiente mais familiar e menos institucional, embora seja necessário ter um refeitório e uma lavanderia para atender às demandas da instituição, cada bloco residencial foi projetado com o programa padrão de uma casa convencional. Assim, cada bloco inclui uma cozinha e uma área de serviço, que serão utilizadas para situações mais

específicas ou emergenciais, atendendo a necessidades pontuais e de menor escala. Abaixo segue a tabela com a divisão do programa proposto por blocos e setores:

Tabela 07: Programa de necessidades.

| SETOR | BLOCOS | CÔMODO | ATIVIDADES | QUANTIDADE | ÁREA INDIVIDUAL |
|----------------|-------------------|--------------------------------|--|------------------|-------------------|
| ÍNTIMO | BLOCO 0 A 3 ANOS | Dormitórios | Descansar, estudar, ler. | 2 | 14m ² |
| | | Banheiros Dormitórios | Higiene pessoal | 1 | 6m ² |
| | | Fraldário | Higiene pessoal | 1 | 3m ² |
| | | Sala Interativa | Divertir, passar tempo | 1 | 15m ² |
| | | Suíte Cuidador | Descansar, estudar, ler. | 1 | 15m ² |
| | BLOCO 4 A 8 ANOS | Dormitórios | Descansar, estudar, ler. | 4 | 14m ² |
| | | Banheiro Dormitórios | Higiene pessoal | 2 | 6m ² |
| | | Sala de estudos | Estudar, ler | 1 | 20m ² |
| | | Suíte Cuidador | Descansar, estudar, ler. | 1 | 15m ² |
| | BLOCO 9 A 12 ANOS | Dormitórios | Descansar, estudar, ler. | 4 | 14m ² |
| | | Banheiro Dormitórios | Higiene pessoal | 2 | 6m ² |
| | | Sala de estudos | Estudar, ler | 1 | 20m ² |
| Suíte Cuidador | | Descansar, estudar, ler. | 1 | 15m ² | |
| SOCIAL | BLOCO SOCIAL | Sala de Estar | Descansar, vivência, atividades em grupo | 1 | 30m ² |
| | | Brinquedoteca | Descansar, diversão, atividades em grupo | 1 | 20m ² |
| | | Refeitório | Vivência, alimentar | 1 | 35m ³ |
| | | Sala de Jogos | Descansar, divertir, atividades em grupo | 1 | 22m ² |
| | | Sala de Encontro com a família | Reunião, encontro com a Família | 2 | 10m ² |
| | | Banheiro PCD/Cuidadora | Higiene pessoal | 1 | 6m ² |
| | | Área Esportiva | Brincar, divertir, passar tempo | 1 | 150m ² |
| | | Playground | Brincar, divertir, passar tempo | 1 | 50m ² |
| | | Praças de Convivência | Brincar, divertir, passar tempo | 1 | 120m ² |
| | | Redário | Descansar, divertir, passar tempo | 1 | 40m ² |
| | | Horta | Plantar, cuidar | 1 | 10m ² |
| | | Pátio | Descansar, ler, divertir, circulação | 1 | 50m ² |
| | | Estacionamento | Estacionar veículos | 1 | 200m ² |

| | | | | | |
|---------------|----------------------|----------------------------|--|-------|------------------|
| SERVIÇO | ÁREA DE SERVIÇO | Cozinha | Cozinhar, limpar alimentos, preparar refeições | 1 | 20m ² |
| | | Depósito | Armazenar alimentos e produtos de limpeza | 1 | 8m ² |
| | | Lavanderia | Lavar, limpar, secar roupas, passar roupas | 1 | 12m ² |
| | | Vestiário | Limpar, troca de vestimentas | 1 | 12m ² |
| | | Sala de estar (copa) | Descansar, alimentar | 1 | 15m ² |
| | | Central de Gás | Armazenar o gás | 1 | 8m ² |
| | | Depósito de Lixo | Armazenar o lixo, coleta seletiva | 1 | 2m ² |
| ADMINISTRAÇÃO | BLOCO ADMINISTRATIVO | Recepção | Recepcionar e atender visitantes | 1 | 25m ² |
| | | Sala Coordenação | Planejar, orientar, organizar | 1 | 15m ² |
| | | Sala Administrativa | Planejar, orientar, organizar | 1 | 15m ² |
| | | Sala do Psicólogo | Aconselhar, orientar, avaliar | 1 | 15m ² |
| | | Sala de Assistência Social | Acompanhar, orientar planejar, documentar | 1 | 15m ² |
| | | Sala de Reunião | Apresentar, discutir, organizar | 1 | 20m ² |
| | | Ambulatório | Cuidar, avaliar, monitorar, orientar | 1 | 15m ² |
| | | Almoxarifado | Armazenar, organizar | 1 | 6m ² |
| | | Dispensa de doações | Armazenar, organizar | 1 | 6m ² |
| | | Copa | Descansar, alimentar | 1 | 8m ² |
| | | Banheiros | Higiene pessoal | 2 | 6m ² |
| | | Vivência | Descansar, ler, divertir, circulação | 1 | 15m ² |
| | | | | TOTAL | |

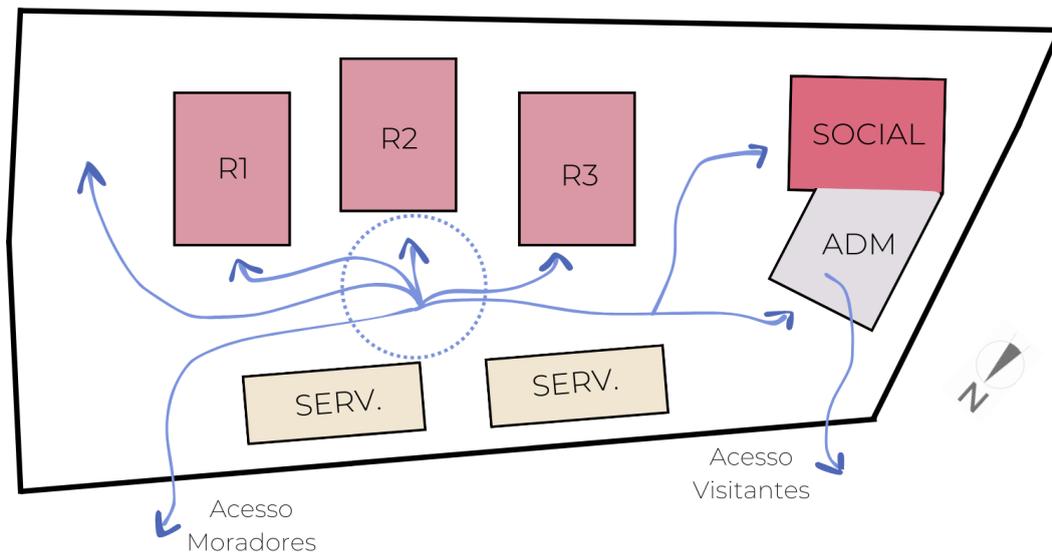
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

5.3 FLUXOGRAMA E SETORIZAÇÃO

Para essa proposta inicial foram estabelecidas algumas ideias norteadoras. No esboço abaixo (Figura 38), é evidente que, apesar da intenção de dividir o projeto em blocos, devido ao grande fluxo de pessoas entre os blocos residenciais (em rosa clarinho), e de serviço (em amarelo claro) de uso apenas de moradores e cuidadores, bem como por questões de funcionalidade e viabilidade, será necessário ter uma

cobertura ou uma estrutura que conecte esses blocos. Já o bloco social e administrativo foi posicionado estrategicamente aos fundos do terreno para que não haja contato direto de visitantes com os moradores.

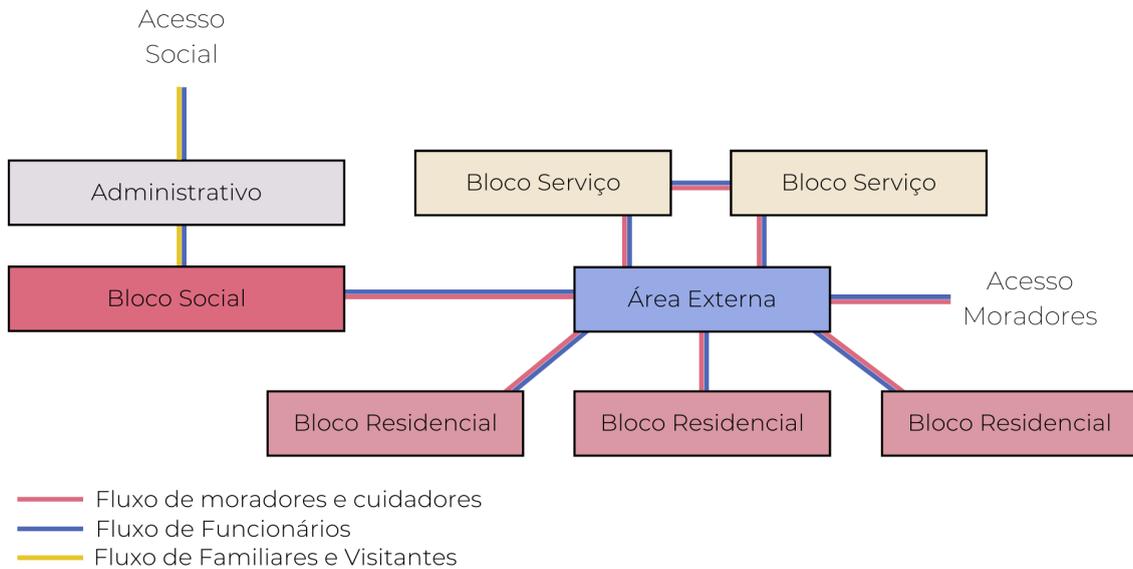
Figura 38: Croqui de circulação e volumetria inicial.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A Unidade de Acolhimento contará com duas entradas distintas: uma entrada social destinada a funcionários, familiares e visitantes do abrigo, e uma entrada privada exclusivamente para os moradores e cuidadores da instituição. A área externa proporcionará a integração de todos os demais blocos, oferecendo espaços de lazer e convívio.

Figura 39: Fluxograma.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

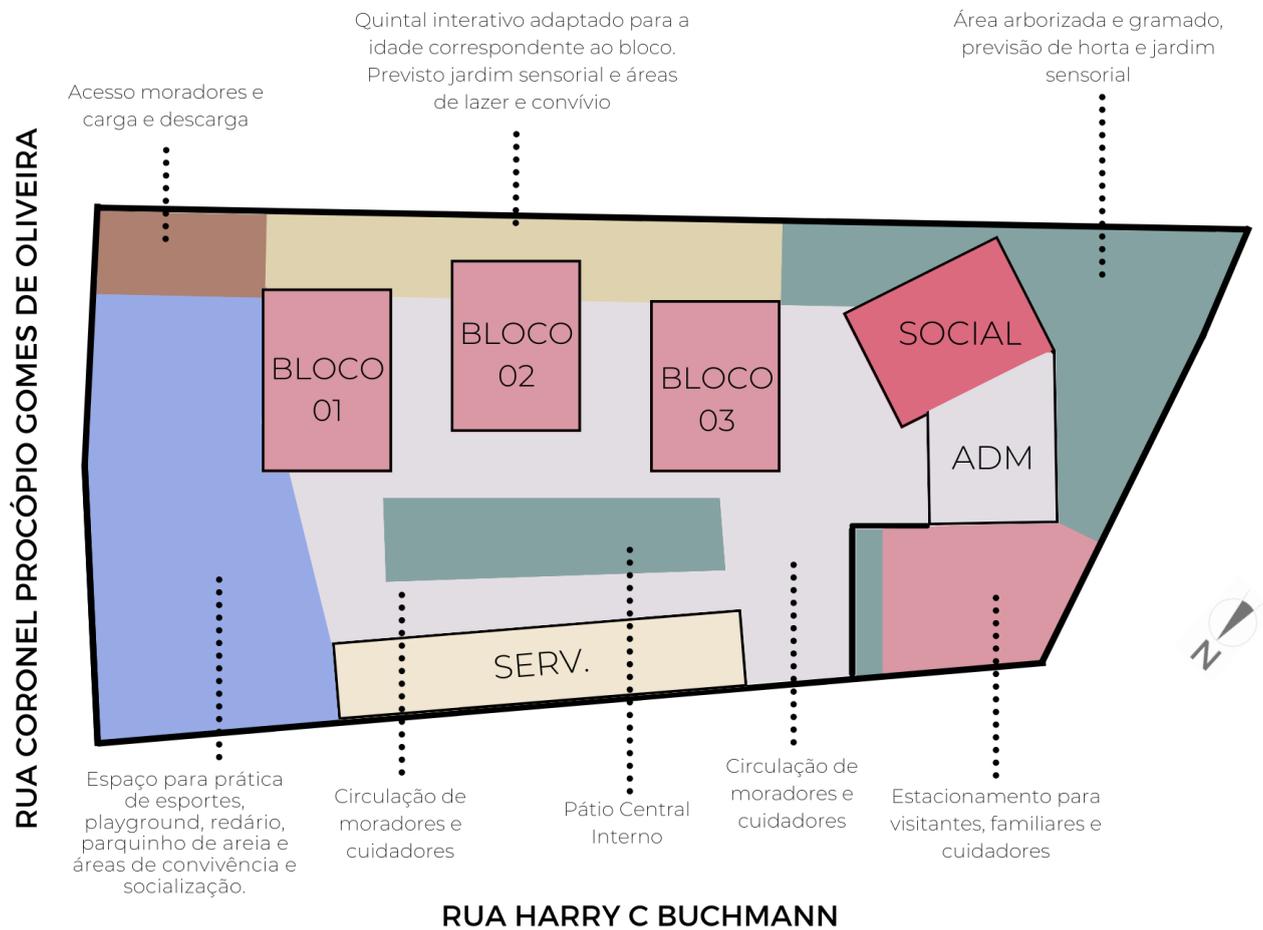
5.4 ESTUDO DE MASSAS

Após análises e a criação dos esboços manuais, foi selecionada a proposta setorial representada abaixo para ser desenvolvida. O acesso dos moradores foi estabelecido pela Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, enquanto o acesso dos visitantes foi definido na rua ao lado, Rua Harry C. Buchmann. Os blocos residenciais estão posicionados de forma centralizada no terreno, e o de serviço está alinhado com a Rua Harry C. Buchmann, com uma praça no meio deles. A área administrativa está separada e possui estacionamento para funcionários e visitantes visto que será o local com menor intensidade de fluxo de veículos.

Já na área de lazer, localizada na esquina do terreno, foi posicionada para que não haja visão da parte interna da instituição, onde será proposto um espaço de recreação, composto por instalações esportivas, playgrounds com areia, áreas de convivência e socialização, além de espaços sensoriais que proporcionem experiências enriquecedoras para as crianças, especialmente aquelas em estágio inicial de descoberta e exploração do mundo ao seu redor.

Pensando na proposta de deixar o ambiente menos institucional e mais familiar, será proposto pátios individuais que funcionarão como “Quintal” de casa, sendo eles posicionados estrategicamente aos fundos de cada bloco, visto que é a área do terreno mais “privada”. Nos pátios, busca-se promover atividades adequadas para cada faixa etária, facilitando assim a adaptação espacial de cada criança. Além dos pátios individuais, foram projetados pátios compartilhados que incluem áreas como redários, hortas e espaços de convívio, proporcionando uma maior interação social dentro da instituição, prevista próxima ao bloco social.

Figura 40: Croqui de circulação e setorização inicial.

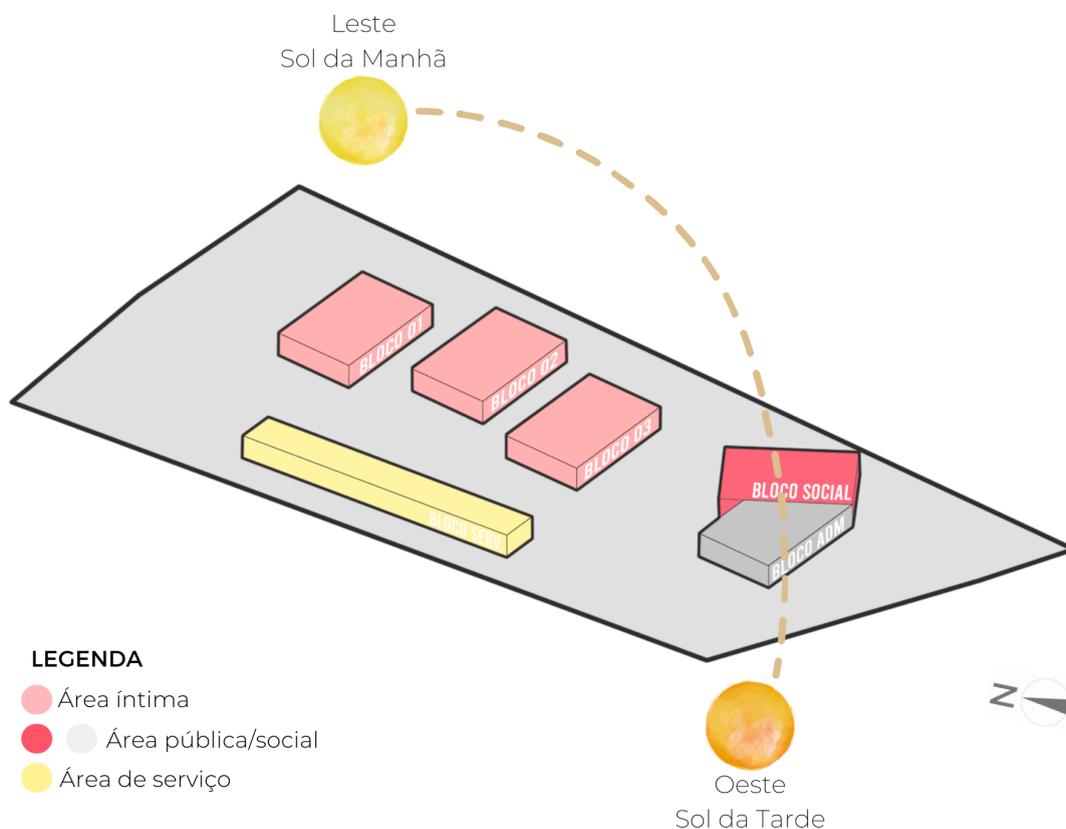


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

5.5 VOLUMETRIA

Para início do desenvolvimento do projeto foi desenvolvido a setorização das atividades no terreno em blocos distintos, com o objetivo de manter a parte administrativa separada e inacessível diretamente às crianças residentes (possível verificar na figura 39 abaixo). Essa medida foi tomada para tornar menos evidente no cotidiano delas a natureza institucional do Abrigo. Além disso, houve uma busca por integrar e centralizar os setores residenciais e de apoio.

Figura 41: Divisão dos setores em blocos separados



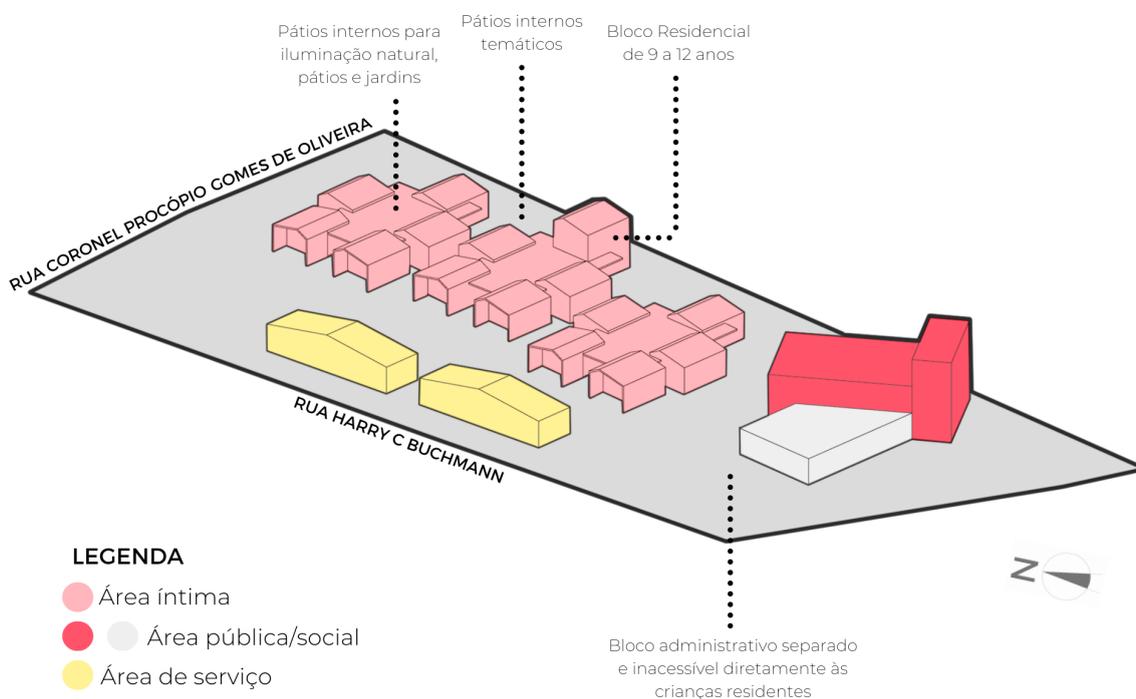
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em seguida, visando aprimorar a abertura da instituição e alcançar uma aparência menos pesada, foi decidido separar os blocos. Isso permitiu utilizar melhor os espaços entre eles, criando pátios, jardins, áreas de convivência, entre outros, com ênfase no contato com a natureza e na iluminação natural. O objetivo foi melhorar a permeabilidade

do ambiente e obter uma estética mais leve, aproveitando ao máximo os espaços intersticiais.

Nos blocos residenciais, será proposto a tipologia da Casa-pátio. Ao observar o esquema abaixo, é possível notar que em cada bloco residencial haverá uma área central, sendo nesse meio onde será feito um rasgo na cobertura, criando um jardim ou pátio interno dentro de cada residência.

Figura 42: Croqui de volumetria inicial.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No que diz respeito à altura dos blocos, optou-se por manter a coerência com a realidade do entorno, predominando blocos com 1 e 2 andares. O bloco administrativo foi projetado com 2 andares para proporcionar uma melhor visibilidade de toda a instituição, facilitando sua gestão. Já o Bloco Residencial destinado às crianças de 9 a 12 anos também possui 2 andares, levando em consideração que nessa faixa etária as crianças têm uma maior consciência dos perigos relacionados ao uso inadequado de escadas.

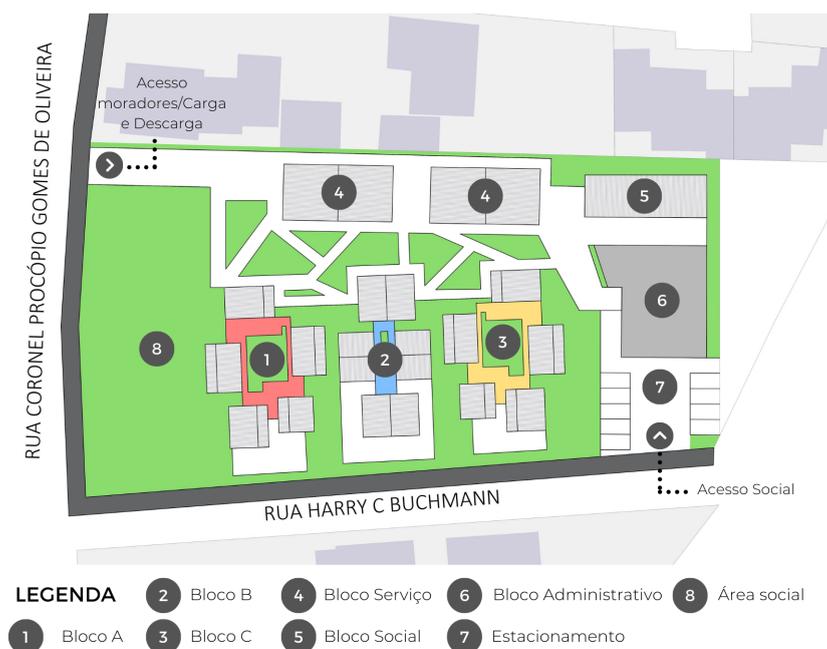
5.6 IMPLANTAÇÃO

Na implantação apresentada abaixo (Figura 43), é perceptível a disposição dos setores no projeto. Os três blocos residenciais (Amarelo, Azul e Vermelho) estão centralizados e conectados ao bloco de serviço. Por outro lado, o bloco administrativo e social estão localizados na lateral direita do terreno e também estão interligados entre si.

O Abrigo possui dois acessos, um acesso social pela rua Harry Buchmann, com 9 vagas de estacionamento, e outro acesso privativo para moradores e cuidadores pela rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira. A proposta de ter dois acessos distintos é para minimizar o contato das crianças com a natureza institucional do Abrigo, separando as áreas de entrada e garantindo uma maior privacidade e discrição.

A área de recreação compartilhada foi posicionada na lateral inferior esquerda do terreno, abrangendo um espaço destinado a esportes, playground, área de descanso e um local com redes. Além dessa área de lazer coletiva, cada bloco residencial possui um quintal que também funciona como uma área de recreação, porém, com maior privacidade.

Figura 43: Proposta de Implantação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

5.7 MATERIALIDADE

Para a construção do Abrigo Institucional de Jaraguá do Sul, tanto para os blocos residenciais, de serviço, social e administrativo será adotado o sistema construtivo tradicional em alvenaria com textura de concreto. Já para as coberturas, para seguir a tipologia volumétrica que remeta a “casas”, nos blocos residenciais e social será utilizado o telhado com duas águas, optando-se pelo uso da telha Trapezoidal com a cor a definir. Essa telha será fixada sobre a estrutura do telhado, sendo fabricada em aço e oferecendo um alto valor estético e arquitetônico às construções. Foi escolhida devido a sua recomendação para coberturas e fechamentos laterais de pequeno porte.

No bloco administrativo, será utilizada uma telha de fibrocimento, que ficará escondida pela platibanda, visto que há bom custo benefício e por sua baixa inclinação. Pensando nos espaços em que a incidência solar será alta, serão instalados brises, com o objetivo de reduzir a intensidade da luz e o calor.

O passeio será feito em piso cimentício nas áreas em que há grande fluxo de circulação de pessoas. Já nas praças e pátios internos de cada bloco será utilizada a grama com o aditivo de floreiras. Nos pátios interativos localizados nos fundos de cada um dos blocos residenciais estará à definir de acordo com a faixa etária de cada bloco (areia, grama, piso emborrachado, etc).

6 CONCLUSÃO

Conforme abordado neste estudo, é evidente que muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil necessitam de um atendimento personalizado que priorize suas necessidades psicológicas. Para melhorar as condições de vida dessas crianças e adolescentes, é fundamental envolver vários esforços e agentes. A arquitetura pode desempenhar um papel importante nesse processo, ao modular os espaços e ambientes de forma a proporcionar oportunidades para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos indivíduos, uma vez que a percepção do ambiente físico afeta diretamente seu comportamento e sensações.

Conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento institucional deve ser temporário e excepcional, com incentivos constantes para a reintegração familiar. No entanto, enquanto isso não ocorre, o abrigo se torna o ambiente mais próximo e seguro para esses jovens. Portanto, a instituição deve ser projetada de forma que as crianças se sintam acolhidas e pertencentes, tornando esse período de permanência um momento positivo e construtivo em suas vidas. O conceito de abrigar vai além do significado literal da palavra.

7 REFERÊNCIAS

ADRIÃO. Maria do Carmo. **Os Serviços De Acolhimento Institucional Para Crianças E Adolescentes: Os Desafios E O Trabalho Com A Rede De Proteção Social**. São Paulo, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2013. Acesso em: 23/03/2023. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11183/Artigo_MPGPP_FIN AL.pdf?sequence=1

ANJOS. Lidia; REBOUÇAS. Gabriela. **Da Concepção Do “Menor” Ao Surgimento Da Criança E Do Adolescente Enquanto Sujeitos De Direitos: Uma Compreensão Histórica**. Acesso em: 20/03/2023. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=fec16d1d594dae3d>.

BOWLBY, John. **Apego e perda**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ed. Martins Fontes (Original de 1973).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Acesso em: 25/03/2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html.

BRASIL, IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo demográfico de Jaraguá do Sul, 2023. Acesso em: 27/03/2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/jaragu%C3%A1-do-sul/panorama>.

BRASIL, **Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDE, 2009.

BRASIL, **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDE, 2006.

BRASIL, **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**, 2015. Acesso em: 07/04/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/orgaos-especificos/desenvolvimento-social>.

BRONFENBRENNER, U. A Ecologia do Desenvolvimento Humano. Experimentos Naturais e Planejados, 1996. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas.

CALDEIRA, Laura Bianca. **O conceito de Infância no Decorrer da História**, 2008. Acesso em: 27/03/2023. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf.

CEBRA, **Casa de Acolhimento para Menores**, 2015. ArchDaily Brasil. Acesso em: 20/04/2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>.

CONANDA. **Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2009. Acesso em: 07/04/2023. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf.

DEL PRIORI, Mary; PASSETI, Edson. **História da criança no Brasil. As crianças brasileiras: um pouco de sua história**. Texto mimeografado [S.l: s.n]

GONÇALVES, TEREZINHA MARIA. **Cidade Poética**. Ijuí, Brésil: Editora Unjuí, 2007.

HENICK, Angeliza Cristina; FARIA, Paula Maria Ferreira. **História da Infância no Brasil**. 2015. Acesso em: 20/03/2023. Disponível em:

http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BRSIFE/891/1/rosique_gr_tmp555.pdf.

KOHAN, Omar Walter. **Pesquisa em educação**. São Paulo, v.29, n.1, p.11-26, jan./jun.2003. Acesso em: 05/04/2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/R9bZpzk7n5M4JmPQfpRs5hs/?format=pdf&lang=pt>

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003. Acesso em: 10/04/2023. Disponível em: [NETO, Filipe Lacerda. **A Casa, o Lar e o Habitante**, 2017. Acesso em: 06/06/2023. Disponível em: <https://www.meer.com/pt/22710-a-casa-o-lar-e-o-habitante>.](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/vi<u>ew</u>.</p></div><div data-bbox=)

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Editorial Gustavo Gili, 2016.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro, São Paulo: PUC-RIO; Loyola, 2004. 96 p. Acesso em: 23/05/2023. Disponível em: http://www.editora.pucrio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf

PASSETTI, Edson. **Crianças Carentes e Políticas Públicas**. História das Crianças no Brasil, 1999.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Famílias possíveis: novos paradigmas na convivência familiar**, 2004. Acesso em: 07/04/2023

SAVI, Aline Eyng. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência contínua para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**, 2008. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Shonkoff J, Phillips D (Eds), 2000. **De Neurônios a Vizinhanças: A Ciência do Desenvolvimento da Primeira Infância**. Comitê de Integração da Ciência do Desenvolvimento da Primeira Infância, Conselho Nacional de Pesquisas e Instituto de Medicina. Washington, DC: The National Academies Press.

WINNICOTT, Donald Woods; CABRAL, Álvaro. **Criança e seu Mundo**, 1971.